



indústria

Revista de Empresários e Negócios

Trimestral • Edição Julho / Agosto / Setembro 2017 • N.º 113 • 3,5€

ORÇAMENTO DO ESTADO 2018

As propostas da CIP



CIP
CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Cenários para o futuro da Europa ■■

CIP na Conferência Internacional do Trabalho ■■

Acordo União Europeia - Mercosul ■■



BUREAU VERITAS, o SEU PARCEIRO PARA AS VÁRIAS ETAPAS DO SEU NEGÓCIO

- Inspeções
- Auditorias
- Ensaios
- Certificação
- Classificação de Navios
- Controlo e Assessoria Técnica
- Formação

Em 140 países, proporcionando um conjunto de serviços e soluções inovadoras nas áreas da gestão da Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, independentemente do seu sector de produtos, activos ou negócios.

Bureau Veritas Portugal
www.bureauveritas.pt
info@pt.bureauveritas.com
707 200 542

Move Forward with Confidence



**BUREAU
VERITAS**

Investimento e qualificação do capital humano

OS BONS RESULTADOS recentes do desempenho macroeconómico não nos podem fazer esquecer que persistem diversas fragilidades na economia portuguesa.

Estas fragilidades potenciam riscos e refletem-se, nomeadamente, na evolução negativa da produtividade, comprometendo a competitividade das empresas e pondo em risco a sustentabilidade da recuperação económica.

A objetivo de política económica, com necessário reflexo no Orçamento do Estado para 2018, deve ser, por isso, o crescimento económico assente em ganhos de produtividade.

Por isso, mais do que utilizar a margem de manobra orçamental decorrente de um cenário macroeconómico mais favorável para distribuir aumentos de rendimentos, importa aproveitá-la para tornar mais sólida e sustentável a ainda frágil recuperação.


De facto, se não se criarem melhores condições para produzirmos mais e melhor, não será possível gerar mais rendimentos para distribuir.

Esta é a lógica subjacente às propostas da CIP para o Orçamento do Estado que apresentamos nestas páginas. Propostas fundamentadas numa radiografia económica realista e que se centram em dois vetores cruciais para assegurar uma progressão mais favorável da produtividade: o investimento e a qualificação do capital humano.

No que respeita ao investimento privado, identificámos duas condicionantes fundamentais: o financiamento e a fiscalidade.



A qualificação dos recursos humanos é um desafio exigente, sobretudo ao nível da formação dos ativos empregados e desempregados. Neste, como noutros domínios, é necessário colocar a empresa no centro das políticas públicas.

No momento em que escrevo estas linhas, ainda não é conhecida a proposta de Orçamento do Estado para 2018. Será à luz da estratégia e das propostas apresentadas pela CIP que procederemos à análise crítica dessa proposta. 



António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP



industria

Director

Diretor
António Saraiva

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto
Daniel Soares de Oliveira

Conselho Editorial

Gregório Rocha Novo
Carla Sequeira
Pedro Capucho
Inês Vaz Pinto
Jaime Braga
Manuela Gameiro
Nuno Biscaya
Patrícia Gonçalves

Secretariado

Secretariado
Filomena Mendes

Administração e Propriedade

Administração e Propriedade
CIP – Confederação Empresarial de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel.: 213 164 700
Fax: 213 579 986
E-mail: revista@cip.org.pt
NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372
Depósito Legal 0870 - 9602

Produção e Edição

bleed

Bleed - Sociedade Editorial
e Organização de Eventos
Av. da República 41, 3.º Andar - 305
1050-187 Lisboa
Tel.: 217 957 045 / 6
www.bleed.pt
info@bleed.pt

Director Editorial

Director Editorial
Miguel Boavida
miguel.boavida@bleed.pt

Diretor Comercial

Diretor Comercial
Mário Raposo
mario.raposo@bleed.pt

Gestor de Meios

Diogo Camacho

Editor Fotográfico

Sérgio Saavedra

Design e Paginação

Design e Pa
José Santos

Impressão

Grafisol
Núcleo Empresarial da Abrunheira
Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira
2710-089 Sintra

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

Tragen
10.000 exemplares

AO SEU
LADO
**EM TODO
O LADO**

AGARRE NOVAS OPORTUNIDADES EM SEGURANÇA

Conhecer os seus parceiros de negócio e prevenir o risco de não pagamento são elementos chave no sucesso das suas operações comerciais.

Com a Garantia Dinâmica acede, através da plataforma COSECnet e de forma fácil e rápida, à informação sobre o perfil de risco dos seus clientes e ao respetivo valor de cobertura, para que possa tomar decisões eficazes e seguras nas suas vendas a crédito.



COSEC direto

217 913 700



cosec@cosec.pt
www.cosec.pt

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A., sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da República, 58 1069-057 LISBOA, autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal a exercer atividades nos Ramos não Vida - Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob número único da matrícula e de identificação fiscal n.º 500726000, com o capital social de €7.500.000,00. Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

JUNHO A AGOSTO DE 2017

Conjuntura Económica

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

A atualização do World Economic Outlook do FMI, divulgada em julho, confirma a recuperação cíclica da economia mundial, embora a taxas inferiores às registadas antes da crise.

Ao nível da economia mundial, apenas foi revista a taxa de crescimento em 2016, de 3.1% para 3.2%, mantendo-se as projeções para 2017 e 2018. Contudo, há a assinalar revisões ao nível da evolução prevista para diversos países.

As perspetivas de crescimento económico nos Estados Unidos da América são agora mais fracas, sob o pressuposto de uma política orçamental menos expansionista do que o antecipado.

Em contrapartida, o crescimento foi revisto em alta para o Japão e, especialmente, para a zona do euro, onde a evolução recente surpreendeu pela positiva e o risco político diminuiu.

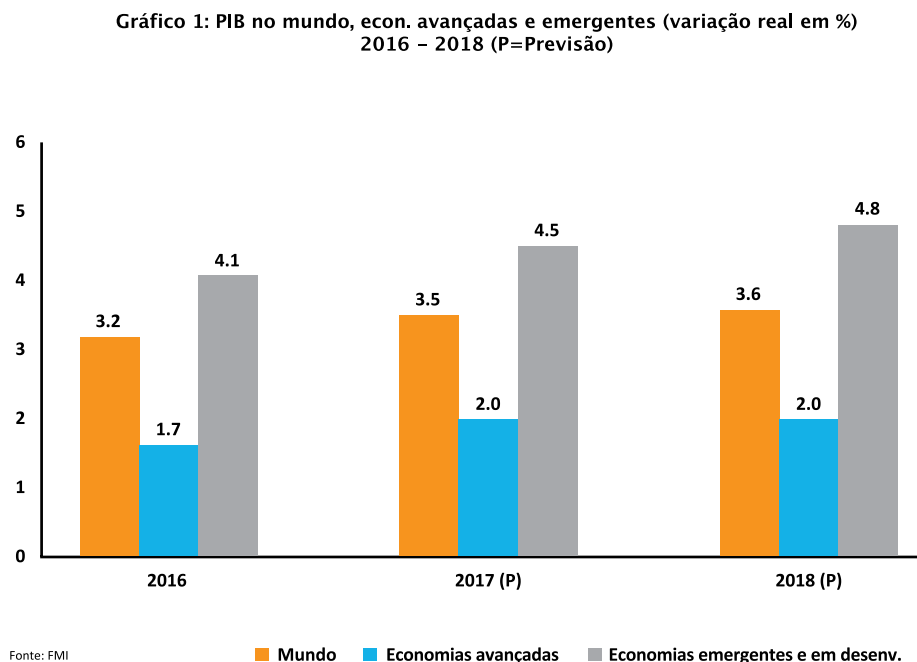
Também as projeções para a China foram revistas em alta, refletindo um bom desempenho no início do ano e expectativas de continuação de estímulos orçamentais.

De acordo com as estimativas do Eurostat para o segundo trimestre de 2017, o crescimento em cadeia do PIB na zona do euro foi de 0.6% e no conjunto da União Europeia de 0.7%, acelerando ligeiramente face ao primeiro trimestre.

Nas economias de maior dimensão da zona do euro, destaca-se mais uma vez, pela positiva, a aceleração do crescimento em cadeia em Espanha (de 0.8% para 0.9%). Na Alemanha registou-se um abrandamento (de 0.7% para 0.6%) e na Itália e em França o ritmo do crescimento em cadeia manteve-se (0.4% e 0.5%, respetivamente).

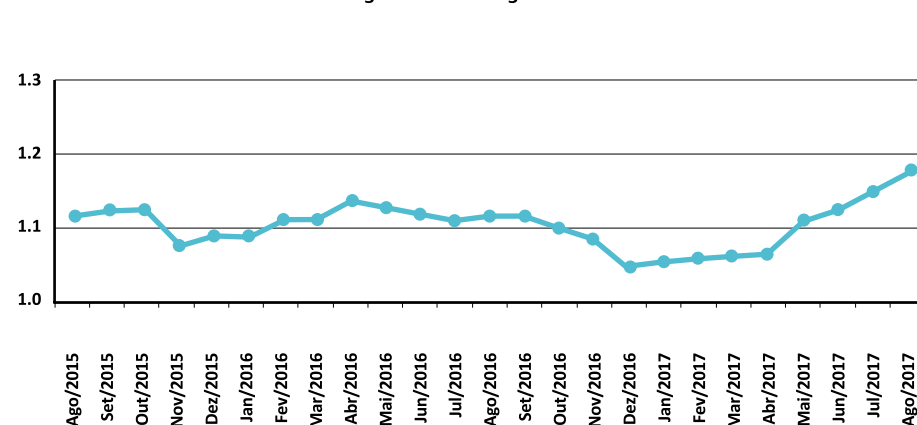
A economia britânica acelerou ligeiramente, de 0.2% para 0.3%.

Em termos homólogos, observou-se uma aceleração do crescimento, de 0.3 p.p., tanto na zona do euro como no conjunto da União Europeia (para 2.3% e 2.4%, respetivamente).



Fonte: FMI

Gráfico 2: Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal) Agosto 2015 a agosto 2017



Fonte: Banco de Portugal

Nos EUA, o crescimento homólogo no segundo trimestre aumentou para 2.2% (2.0% no primeiro trimestre), refletindo uma forte aceleração do crescimento em cadeia (0.8%).

COTAÇÕES INTERNACIONAIS

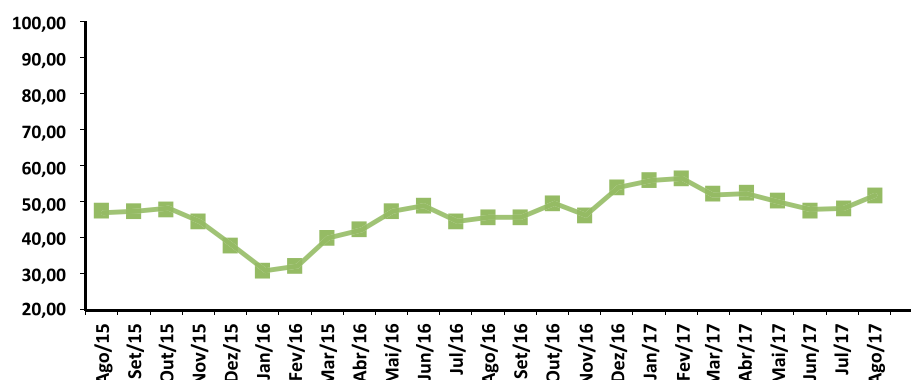
No período em análise, merece referência a significativa apreciação do euro em relação ao dólar norte-americano. Em termos médios mensais, a apreciação acumulada

desde o início do ano era já, em agosto, de 12% - ver gráfico 2. Em setembro, até ao fecho desta edição, a taxa de câmbio mostrou alguma instabilidade, oscilando entre 1,186 e 1,208 dólares por euro.

Em relação à libra esterlina, o euro atingiu em finais de agosto um máximo histórico desde outubro de 2009, mas inverteu a tendência nas semanas seguintes, corrigindo para níveis do início do verão.

Na última semana de junho, as cotações do barril de brent entraram numa trajetória de subida, tendo ultrapassado os 56 dólares por barril em meados de setembro (um máximo desde fevereiro deste ano).

Gráfico 3: Preço médio spot do petróleo (dólares/barril de brent)
Agosto 2015 a agosto 2017



Fonte: FMI e Banco Mundial

PORTUGAL

A evolução favorável da atividade económica observada desde a segunda metade de 2016 consolidou-se no segundo trimestre de 2017, com um crescimento homólogo do PIB de 3.0%, a taxa mais elevada registada neste século (este valor resulta da revisão a que o INE procedeu em 22 de setembro).

Contudo, o crescimento em cadeia caiu para 0.3%, perspetivando-se um abrandamento do PIB nos próximos trimestres, dado que o efeito estatístico de base subjacente ao crescimento homólogo agora observado tenderá a desaparecer.

O crescimento do PIB no segundo trimestre refletiu, sobretudo, a aceleração do investimento (para um máximo desde 1998) e foi ainda sustentado pelo forte dinamismo das exportações.

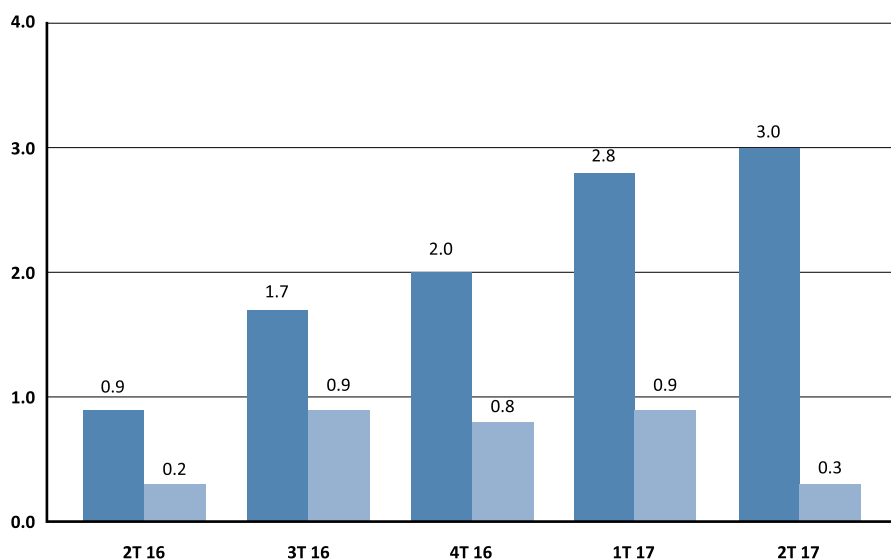
O crescimento mais moderado do consumo privado, em grande medida devido ao abrandamento da aquisição de automóveis, continuou a contribuir para a desaceleração das importações (de magnitude superior à das exportações).

Deste modo, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo (0.3 pontos percentuais, contra menos de 0.1 no primeiro trimestre).

A composição do investimento revelou-se menos equilibrada, com o investimento em material de transporte a acelerar fortemente (para 35%). A componente de “outras máquinas e equipamentos” aumentou a um ritmo mais baixo, mas ainda robusto (12.6%). Destaca-se ainda o crescimento mais intenso do investimento em construção.

Na ótica da oferta, o VAB acelerou na generalidade dos ramos de atividade, com exceção das “outras atividades de serviços” e da indústria (esta com um ligeiro abrandamento de 4.1% para 4.0%). Destaca-se novamente pela positiva o bom desempenho da construção (com a aceleração do respetivo VAB para 7.7%).

Gráfico 4: PIB – variação homóloga e em cadeia (em volume, %)
2T 2016 – 2T 2017



Fonte: INE

■ var. homóloga ■ var. em cadeia

Evolução do PIB na ótica da procura (taxas de variação homóloga)

	2º Tr. 16	3º Tr. 16	4º Tr. 16	1º Tr. 17	2º Tr. 17
PIB	0.9	1.7	2.0	2.8	3.0
Consumo privado	1.1	2.0	3.0	2.4	2.0
Consumo público	0.7	0.2	0.0	-0.3	-0.6
FBCF	-0.6	1.7	6.1	9.9	10.3
Exportações	1.7	4.9	6.0	9.7	8.1
Importações	1.3	3.7	7.3	9.1	7.0

Fonte: INE

Com o emprego a aumentar 3.6%, um ritmo superior ao do PIB, observou-se, pelo quarto trimestre consecutivo, uma queda da produtividade (-0.6%), reforçando a preocupação que a CIP tem expresso sobre os riscos que esta tendência representa para a sustentabilidade da presente recuperação económica. Em agosto, o indicador coincidente mensal para a atividade económica voltou a registar um aumento, mantendo a trajetória ascendente observada desde o quarto trimestre de 2016. Pelo contrário, o indicador de clima económico do INE diminuiu ligeiramente, bem como os indicadores de confiança setoriais (com a exceção da construção e obras públicas).

O indicador de confiança dos consumidores também diminuiu ligeiramente em agosto, depois de ter atingido, em julho, um novo máximo da série iniciada em 1997.

As mais recentes previsões do FMI para a economia portuguesa (no quadro das consultas anuais bilaterais) coincidem com as do Banco de Portugal (divulgadas em junho) nas taxas de crescimento do PIB esperadas para 2017 e 2018, respetivamente 2.5% e 2.0%. As projeções do FMI estão também em linha com as do Banco de Portugal relativamente ao padrão de crescimento económico, impulsionado pelo relançamento do investimento e pelo dinamismo das exportações, embora o FMI seja mais moderado nas taxas de crescimento esperadas para estas duas variáveis.

O FMI espera um crescimento do emprego menos robusto do que nas previsões do Banco de Portugal, o que, em contrapartida, conduziria a ganhos de produtividade mais acentuados. A queda do desemprego seria também menos acentuada. Os dados relativos ao mercado de trabalho observados na primeira metade de 2017 parecem dar maior credibilidade às projeções do Banco de Portugal.

Quanto aos indicadores relativos à indústria, o índice de produção industrial (IPI) voltou a registar valores positivos (após a redução de abril) e atingiu, em julho, um máximo desde fevereiro de 2013 (6.4%).

O volume de negócios da indústria, após as fortes oscilações dos primeiros meses do ano, influenciadas por efeitos de calendário, regressou a alguma estabilidade, mas dando, em julho, sinais de abrandamento em resultado da evolução nos mercados externos – ver gráfico 5.

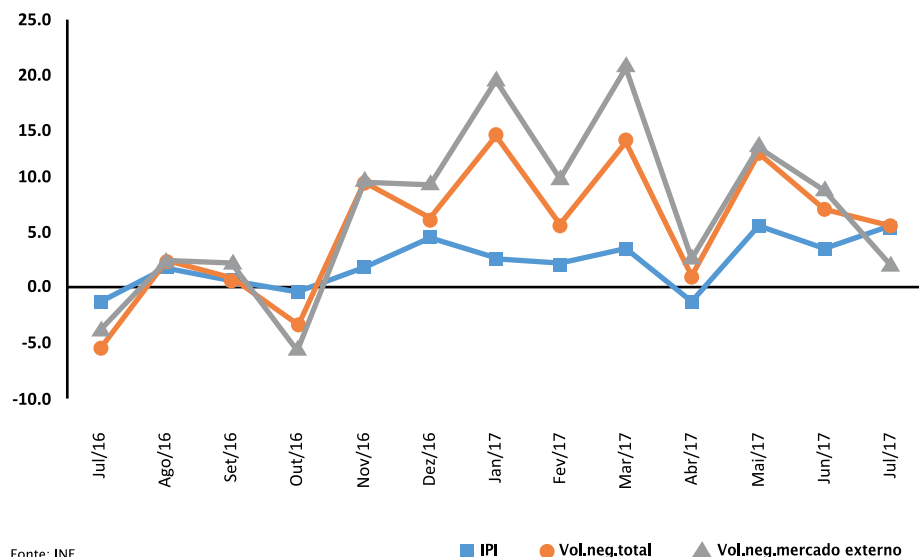
Após o forte crescimento nos primeiros cinco meses do ano, os preços na produção industrial abrandaram, passando a aumentar a taxas entre os 2% e 3%. Esta evolução está fortemente influenciada pelos preços da



Previsões económicas mais recentes para Portugal

Indicadores (variações em %, salvo outra indicação)	FMI		
	2016	2017	2018
PIB	1.4	2.5	2.0
Consumo privado	2.3	2.2	1.8
Consumo público	0.5	0.6	0.5
FBCF	0.1	6.9	5.7
Exportações	4.4	7.6	5.2
Importações	4.5	7.3	5.1
Inflação	0.6	1.6	2.0
Taxa desemprego (% pop. ativa)	11.1	9.7	9.0
Emprego	1.2	1.7	0.9

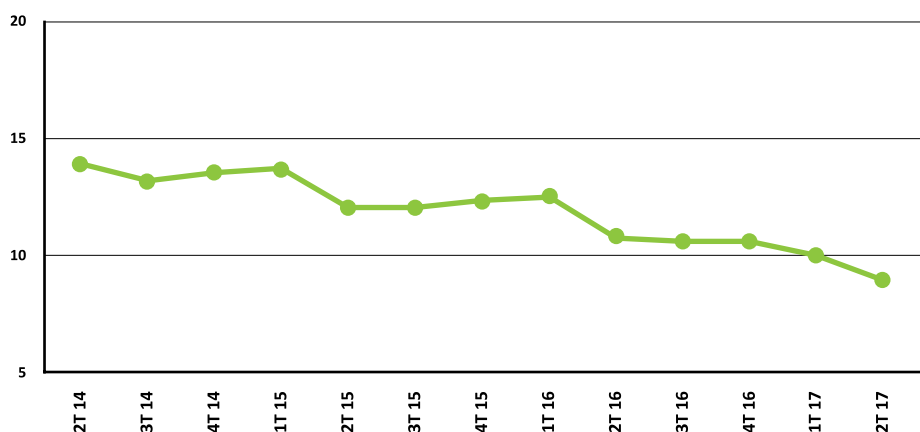
Gráfico 5: Produção Industrial, volume de negócios total e no mercado externo
(Variações homólogas em %, nominais no caso do vol.neg.)
Julho 2016 a julho 2017



Fonte: INE

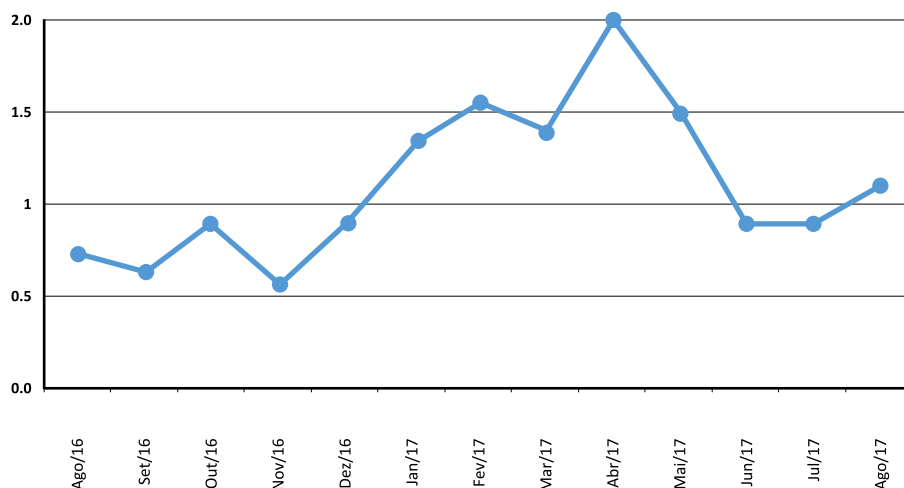


**Gráfico 6: Portugal – Taxa de desemprego (% sem correção de sazonalidade)
2T 2014 – 2T 2017**



Fonte: INE

**Gráfico 7: Inflação (variação homóloga do IPC, %)
Agosto 2016 – agosto 2017**



Fonte: INE

energia. Excluindo este agrupamento, os preços na produção industrial estão a aumentar apenas a 1.2%, nos últimos dois meses. Os resultados do inquérito ao emprego dão conta da redução da taxa de desemprego para 8.8%, no segundo trimestre de 2017 – ver gráfico 6 – e de uma redução de 98 mil desempregados nos últimos 12 meses. Relativamente ao primeiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses) diminuiu de 6.0% para 5.2%. A taxa de desemprego dos jovens (15 a 24 anos) situou-se em 22.7% (no primeiro trimestre foi de 25.1%), continuando a representar 17.5% do total da população desempregada.

A população empregada aumentou 3.4% em termos homólogos (158 mil postos de trabalho criados, em termos líquidos, em 12 meses), prolongando a série de variações positivas registadas desde o quarto trimestre de 2013. Os maiores acréscimos continuaram a verificar-se nas pessoas com nível de escolaridade secundário ou pós-secundário (mais 7.3%) e concentraram-se nas atividades de alojamento e restauração (mais 55.7 mil empregos em 12 meses, um aumento homólogo de quase 20%) e na construção (mais 30 mil empregos, um aumento homólogo de 10.5%).

Face ao trimestre anterior, o emprego aumentou 2.2% (em linha com o habitual bom desempenho observado nesta época do ano, por motivos sazonais).

Os contratos sem termo aumentaram 4.9% em termos homólogos, registando-se um aumento deste tipo de contratos no total dos trabalhadores por conta de outrem (de 77.4% no segundo trimestre de 2016 para 77.9% em igual período deste ano). Nos últimos 12 meses, 91% do aumento do número de trabalhadores por conta de outrem correspondeu a contratos sem termo.

A taxa de inflação aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) regressou a valores inferiores aos registados nos cinco primeiros meses do ano – ver gráfico 7. Para esta queda da taxa de inflação têm contribuído os seus agregados mais voláteis, nomeadamente os preços dos produtos alimentares não transformados (em queda nos últimos três meses) e os preços dos produtos energéticos (com um crescimento homólogo mais moderado). Os aumentos de preços acentuados verificam-se nas classes “comunicações” e “restaurantes e hotéis” e as descidas mais significativas no “vestuário e calçado”. ☺

CIP - Direção de Assuntos Económicos
(elaborado com informação até 22-09-2017)

CIP apresenta 14 propostas para o Orçamento do estado 2018

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal elaborou um conjunto de propostas focadas no investimento e na qualificação dos recursos humanos, dois vetores essenciais para o crescimento sustentado da economia nacional. Neste artigo apresentamos as 14 propostas mas também a radiografia económica que as sustenta

RADIOGRAFIA ECONÓMICA

A aceleração da atividade económica, resultante do bom desempenho das exportações e da retoma do investimento, abre perspectivas para uma recuperação mais forte da economia portuguesa em 2017, compatível com a continuação da correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos.

No entanto, a correção desses desequilíbrios e o retorno da economia portuguesa a um rumo de convergência real no quadro europeu requerem que o crescimento económico que está agora a ressurgir se mantenha e se reforce num horizonte temporal de médio e longo prazo, sendo para isso necessário que se torne consistente com um modelo de economia competitiva, assente em aumentos da produtividade.

Tal não se verifica ainda, tendo-se observado uma dinâmica muito fraca da produtividade do trabalho, dinâmica essa que persiste na atual fase de recuperação económica. Em 2016, registou-se mesmo uma



queda da produtividade do trabalho de 0.2%, que anulou os ganhos observados em 2015. Esta tendência põe em risco a sustentabilidade da recuperação económica, estando, aliás, subjacente às atuais projeções que apontam para um abrandamento da atividade económica em 2018 e 2019. Outros custos - energéticos e de contexto - permanecem elevados em comparação com os nossos principais parceiros e concorrentes comerciais.

Acresce que começam a surgir sinais de aumentos de custos, nomeadamente salariais que, não sendo suportados por ganhos de produtividade, tenderão a penalizar a competitividade externa da economia, com impactos negativos nas duas variáveis chave essenciais ao crescimento económico: o investimento e as exportações.

Neste contexto, no presente documento centramos a nossa atenção no tema da produtividade, apresentando as propostas da CIP para acautelar as consequências do seu fraco desempenho e, sobretudo, para ultrapassar os fatores que estão na sua origem.

Neste sentido, foram definidos dois sub-temas que consideramos cruciais para assegurar uma progressão mais favorável da produtividade: **o investimento e a qualificação do capital humano.**

No que respeita ao **investimento privado**, foram identificadas duas condicionantes fundamentais: o financiamento e a fisco-lidade. As dificuldades no financiamento à atividade empresarial do setor privado continuam a constituir um sério constrangimento a um relançamento mais forte do investimento e à desejável mudança estrutural da economia portuguesa. Em 2016, o 'stock' de crédito interno às sociedades não financeiras prosseguiu a sua trajetória descendente, consistente com o processo de desalavancagem das empresas, mas refletindo, por outro lado, a manutenção das suas dificuldades no acesso ao financiamento bancário.

Contudo, o crédito bancário devia ser complementar ao capital próprio das empresas e não o inverso, como sucede em Portugal (e também na maior parte dos países da União Europeia). De facto, uma das fragilidades estruturais do nosso tecido empresarial é a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo. Esta fragilidade torna-se particularmente perturbadora numa situação em que os bancos se encontram debilitados pelos elevados rácios de crédito em incumprimento e em que uma proporção significativa das empresas portuguesas apresenta estruturas

PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR: GANHOS DE 2015 ANULADOS EM 2016

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)

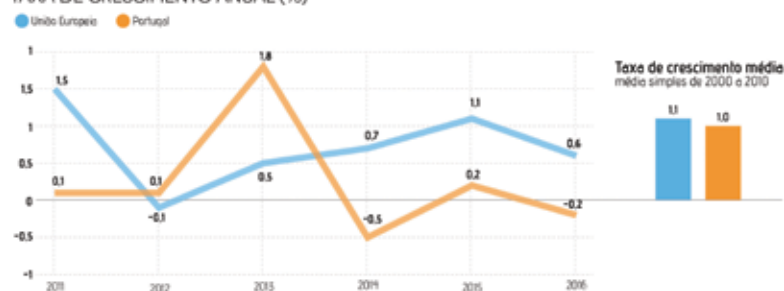


Figura 1 – Produtividade por trabalhador, 2011 – 2016 e taxa de crescimento média 2000 – 2010
Fonte: Eurostat

CRÉDITO ÀS EMPRESAS MANTÉM DECRÉSCIMO

VALORES EM MILHÕES DE EUROS

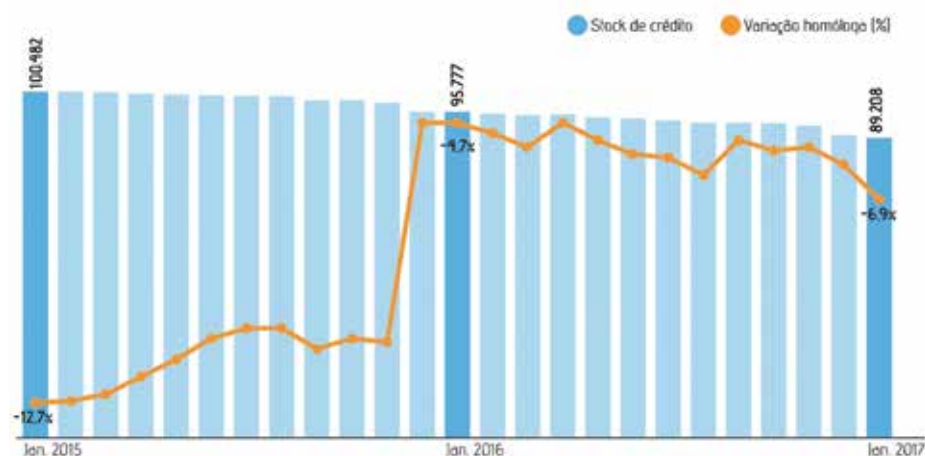


Figura 2 – Stock de crédito interno às SNF, valor e variação homóloga, 2015-2017
Fonte: BDP

INVESTIMENTO

As dificuldades no financiamento à atividade empresarial do setor privado continuam a constituir um sério constrangimento a um relançamento mais forte do investimento e à desejável mudança estrutural da economia portuguesa

financeiras desequilibradas, com elevados níveis de endividamento. Esta questão assume uma importância crucial no caso das PME, sendo urgente a sua recapitalização e a substituição do crédito bancário por financiamentos/dívida de maior estabilidade, ou mesmo com a natureza de quase capital.

Em relação à **fiscalidade**, a análise a que procedemos revela a tendência crescente da carga fiscal em Portugal nos últimos 20 anos e os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável à competitividade externa e à atratividade da economia nacional. É necessário, pois, inverter claramente essa tendência e atenuar o desincentivo que a fiscalidade representa ainda para o investimento e a atividade dos empresários. Reduzir a carga fiscal sobre as empresas e as famílias, e tornar o sistema fiscal português mais competitivo, mais previsível e simples, são objetivos fundamentais para relançar duradouramente o investimento.

No relançamento do **investimento público**, a prioridade deverá ser colocada na melhoria da conectividade internacional, nomeadamente nas infraestruturas ferroviárias para transporte de mercadorias. Estes objetivos deverão ser conciliados com a necessária redução gradual da dívida pública, aliviando este pesado constrangimento da política orçamental e concorrendo para a redução dos custos de financiamento da economia. Para tal, importa proceder uma reforma do Estado e da Administração Pública, com vista à redução estrutural da despesa pública corrente.

A **qualificação dos recursos humanos** constitui outro vetor crucial para o crescimento económico com base na produtividade. É um desafio exigente, tanto ao nível da formação inicial, que deverá desenvolver competências básicas para a vida e adequar-se às novas exigências do mercado, como, sobretudo, ao nível da formação dos ativos empregados e desempregados. Neste, como noutros domínios, é necessário colocar a empresa no centro estratégico das políticas públicas, devendo o Estado concentrar-se nas suas funções de regulador e delegar nas Associações Empresariais e Centros de Formação Profissional competências de gestão e execução dos programas de formação e desenvolvimento empresarial.

Finalmente, o **relançamento da indústria** como setor apto a competir numa economia mundial é fundamental para assegurar um saudável equilíbrio externo da nossa economia, para fortalecer a sua capaci-

CARGA FISCAL COM TENDENCIA CRESCENTE DESDE 2010

VALORES EM % DO PIB

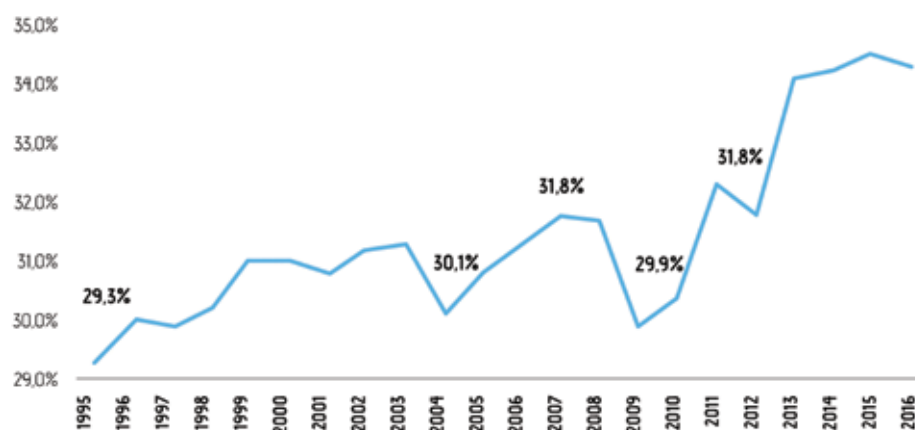


Figura 3 – Carga fiscal, medida pela totalidade das receitas fiscais em percentagem do pib (%).
Fonte: INE, estatísticas das receitas fiscais

BAIXA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM ENSINO OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL

VALORES EM %

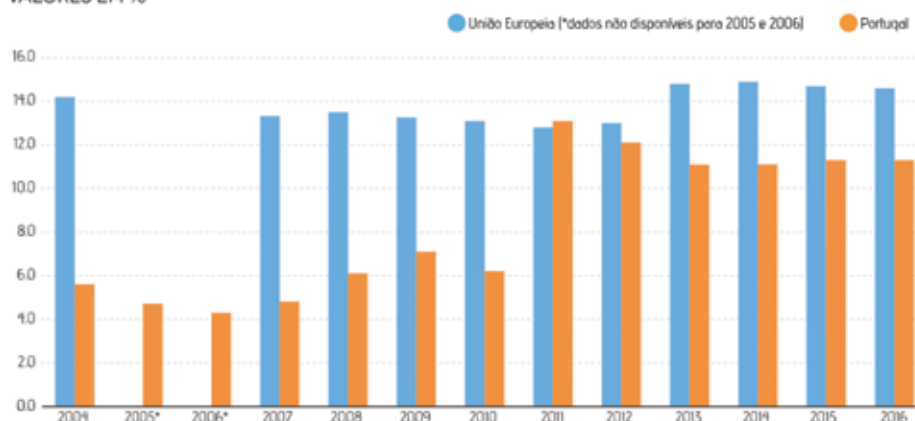


Figura 4 – Taxa de participação da população empregada em ensino ou formação profissional
Fonte: Eurostat

FISCALIDADE

A análise a que procedemos revela a tendência crescente da carga fiscal em Portugal nos últimos 20 anos e os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável à competitividade externa e à atratividade da economia nacional.



QUALIFICA

Mais qualificação, melhor emprego.

VISITE UM CENTRO QUALIFICA

707 200 030
www.qualifica.gov.pt



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ANQEP
AGÊNCIA NACIONAL
PARA A QUALIFICAÇÃO E O
ENSINO PROFISSIONAL, I.P.



QUALIFICA

dade de inovação e para gerar empregos qualificados.

Este é um desafio que cruza várias áreas de atuação, desde a racionalidade e custos das infraestruturas, à profunda alteração, quer da produção, quer dos modos de consumo de energia, culminando na abertura a novas indústrias baseadas no conhecimento, na introdução sistemática das tecnologias digitais e de informação nos setores mais tradicionais das atividades económicas e na poupança dos recursos naturais. Trata-se de um desafio complexo, mas inevitável e inadiável.

A CIP insiste, por isso, na necessidade de uma estratégia industrial que coloque a inovação e a competitividade empresarial como preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia.

Esta preocupação está subjacente às propostas que a CIP apresenta de seguida.

FINANCIAMENTO E CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Na perspetiva da CIP, a resposta aos atuais bloqueios ao financiamento requer respostas integradas que reduzam os elevados rácios de crédito em incumprimento e promovam a reestruturação financeira das empresas, facilitando o recurso a capitais próprios e promovendo mecanismos adicionais e alternativos dirigidos ao reforço dos seus capitais permanentes, reduzindo assim a excessiva dependência do financiamento bancário de curto prazo.

Assim, a CIP propõe:

- Aplicação de uma estratégia global que dê resposta ao problema do crédito em incumprimento, facilitando a reestruturação da dívida das empresas economicamente viáveis pelo alongamento dos seus prazos e redução do seu serviço, bem como pela transformação da dívida em capital, nos casos em que tal é possível;
- Reforço do papel da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) como um instrumento dinamizador de diversificação, quer das fontes de financiamento e de capitalização das PME, quer dos instrumentos à sua disposição, promovendo, nomeadamente, uma adequada utilização do Capital de Risco e do Sistema de Garantia Mútua.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Regularização urgente, completa e definitiva dos pagamentos em atraso por parte de todas as entidades públicas.
- Respeito escrupuloso dos prazos de pagamento legal ou contratualmente estabe-

lecidos, no respeito integral pela legislação em vigor, incluindo a aplicação efetiva de juros de mora em todos os pagamentos em atraso, sem necessidade de interpelação pelo credor.

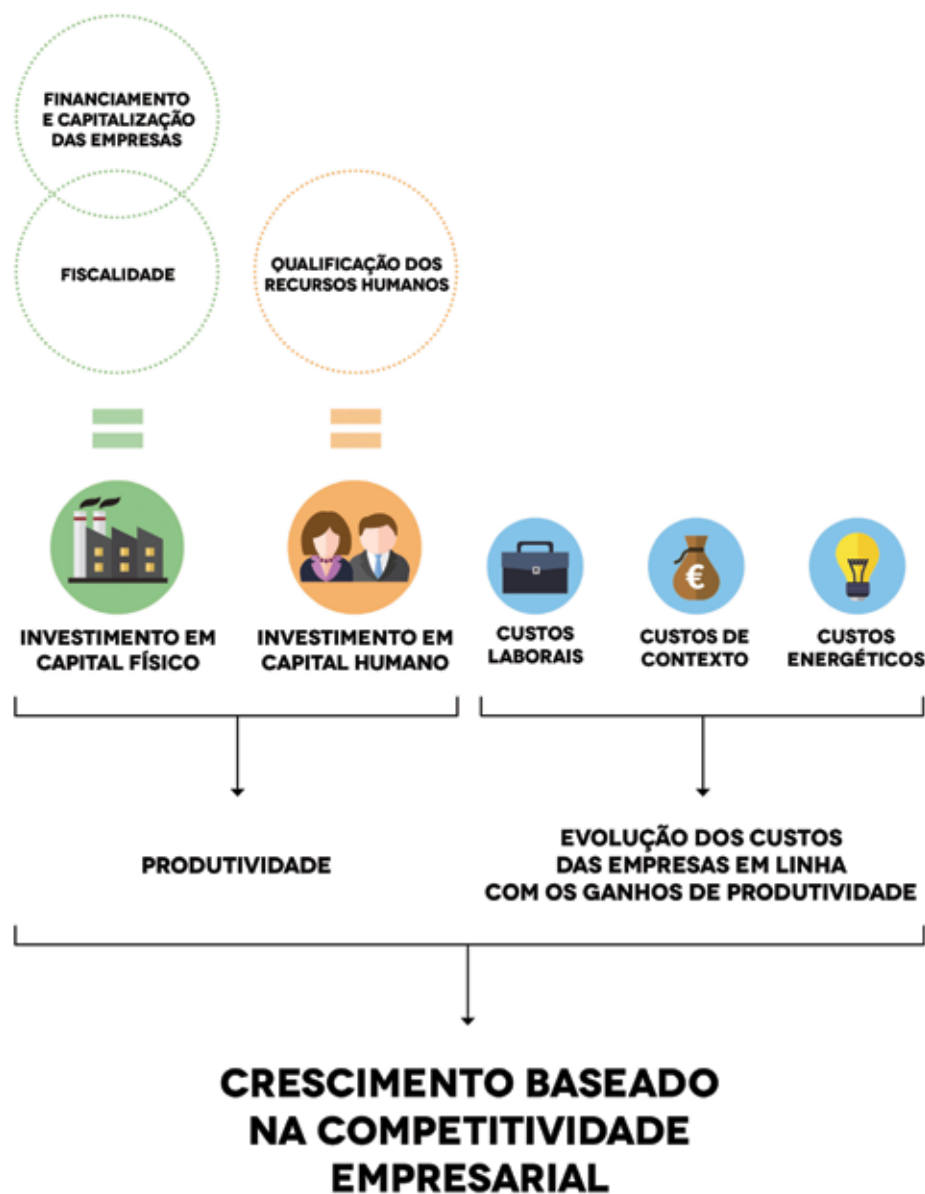
A CIP apela também à rápida implementação das medidas previstas no quadro do Programa Capitalizar, das quais destacamos as seguintes:

- Criação de fundos de investimentos com recursos públicos disponíveis para investir em empresas em situação económica difícil, com eventual participação de entidades privadas;
- Promoção de operações de titularização de créditos de PME e Mid Cap através da prestação de garantias às carteiras de crédito.
- Promoção da participação no mercado de intermediários financeiros especializados em PME e Mid Cap;
- Dinamização do mercado de transação e

ou de projetos de agregação de empresas, designadamente através de uma plataforma e do respetivo suporte técnico.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Alargamento do regime da remuneração convencional do capital social:
 - i) aos aumentos de capital por conversão de direitos de crédito de terceiros em participações sociais;
 - ii) aos aumentos de capital com recurso aos lucros gerados no próprio exercício;
- Atribuição de crédito fiscal aos sócios de empresas que realizem entradas em dinheiro para repor o capital social, nos casos em que o capital próprio seja igual ou inferior a metade do capital social. Os montantes injetados serão deduzidos aos rendimentos distribuídos por essa sociedade a título de dividendos, ou às mais-valias geradas com a venda dessa participação, nos anos seguintes.



FISCALIDADE

Há que imprimir ambição e consistência a uma estratégia orçamental baseada na redução da carga fiscal, no quadro de um sistema fiscal mais competitivo, mais previsível e mais simples.

É indispensável pôr a fiscalidade ao serviço da economia e não a economia ao serviço das autoridades tributárias.

Assim, a CIP propõe, para o Orçamento do Estado para 2018:

- Garantir que a tributação que incide direta ou indiretamente sobre as empresas não é agravada e que não serão criados novos impostos ou taxas que afetem as empresas;
- Retomar o calendário de redução da taxa de IRC fixando-a, no máximo, em 19%. O objetivo de eliminação das derramas deveria ser recuperado, deslizando o prazo previsto de 2018 para 2019;
- Avaliação de todas as taxas /contribuições que recaiam sobre as empresas e eliminação das que comprovadamente não tiveram contrapartidas em 2016 e 2017.
- Não introdução de novas taxas, con-

tribuições e impostos especiais sobre o consumo.

- Aumentar para 50 000 o limite de matéria coletável para efeitos de aplicação às PME da taxa reduzida de 17%, em sede de IRC, sem prejuízo de taxas inferiores a aplicar ao abrigo do regime de interioridade;
- Alargar os escalões de lucro tributável para efeito de aplicação da derrama estadual, de modo a abranger apenas empresas com lucro superior a 5 milhões de euros, segundo a seguinte tabela:

Lucro tributável (euros)	Taxa (%)
De mais de 5 000 000 até 15 000 000	3
De mais de 15 000 000 até 50 000 000	5
Superior a 50 000 000	7

- Aumentar a 35% a percentagem máxima do montante das aplicações relevantes para o investimento realizado até ao montante de 10 milhões de euros que pode ser deduzida à coleta de IRC ao abrigo do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento;
- Atenuar os aspetos mais gravosos da

tributação autónoma em sede de IRC, reduzindo as respetivas taxas nos seguintes casos:

- Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes: taxa de 15%
- Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, viaturas ligeiras de mercadorias, motos ou motocicletas, de acordo com a seguinte tabela:

	Híbridos Plug-in	GPL ou GNV	Energia Elétrica	Outros
Custo de aquisição: inferior a € 25.000	0%	5%	0%	10%
Custo de aquisição: entre € 25.000 e € 35.000	7,5%	10%	0%	15%
Custo de aquisição: igual ou superior a € 35.000	10%	15%	0%	20%

- Considerar os gastos com prémios de seguros de saúde atribuídos aos colaboradores, para efeitos da determinação do lucro tributável, em valor correspondente a 140%

Simplemente intuitivo

Básico e essencial em qualquer operação



O novo BT Levio LWE 130 é compacto, eficiente e fácil de utilizar.

O novo porta paletes elétrico compacto BT Levio LWE130, da Toyota Material Handling, permite manobras fáceis e intuitivas, em espaços confinados.

Este novo BT Levio partilha o mesmo aspeto e principais características da família BT Levio, assim como a compatibilidade com o sistema de gestão de frotas Toyota I_Site para maior produtividade.

Um revolucionário motor AC proporciona aumento da eficiência energética, maior durabilidade e operação silenciosa, com vantagens ao nível do conforto do operador, ambiente de trabalho e produtividade.

Para saber mais sobre o novo BT Levio LWE 130 visite www.empilhadores.toyota.pt

Toyota Caetano Portugal
www.empilhadores.toyota.pt
Vila Nova de Gaia 227 867 085
Carregado 263 857 244

TOYOTA

MATERIAL HANDLING

(à semelhança do que se verifica com as despesas respeitantes a creches e jardins-de-infância em benefício do pessoal da empresa e seus familiares).

QUALIFICAÇÃO

Numa economia cada vez mais tecnológica e digital em que constantemente se exigem novas competências, é vital apostar na aprendizagem ao longo da vida, concebendo políticas e programas que permitam qualificar e requalificar os recursos humanos (ativos e desempregados).

Para que as empresas portuguesas se mantenham competitivas a médio e longo prazo é preciso assegurar que o seu capital humano está devidamente qualificado para enfrentar os novos desafios, nomeadamente da digitalização.

As empresas sentem dificuldades crescentes na contratação de mão de obra qualificada em setores e profissões específicas que urge resolver.

É assim preciso assegurar uma resposta à cada vez maior necessidade das empresas em qualificar os seus ativos e em recrutar novos colaboradores que já detenham perfil de competências adequadas.

Assim, a CIP propõe:

- Assegurar a adequada implementação das medidas referentes à qualificação constantes do acordo de concertação social, assinado a 17 janeiro 2017:
- Priorizar o domínio da qualificação de adultos e jovens, em especial quanto à mobilização de meios a realocar nas verbas do PT2020, incluindo um compromisso expresso de especial apoio aos Centros de Formação Protocolares e às organizações formativas dos parceiros sociais com assento na CPCS e seus associados, no âmbito de uma parceria alargada para o reforço do designio nacional estratégico em torno da qualificação;
- Reforço do apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de novas e jovens empresas; aprofundar e reforçar os programas em vigor ou criar novas medidas que conguem aconselhamento técnico, desenvolvimento e capacitação de competências, acompanhamento do projeto nos primeiros anos de vida, facilitação do acesso e condições do crédito e estabelecimento de uma rede de contactos.
- Incentivar na sociedade portuguesa um sentimento global da importância capital da Aprendizagem ao Longo da Vida.
- Valorizar o ensino técnico profissional e desenvolver programas de reconversão e requalificação de ativos jovens dotando-os

de competências adequadas às necessidades do tecido produtivo.

- Reforçar a esfera de atuação do IEFP conferindo-lhe, de novo e na prática, o papel central no desenvolvimento e implementação das políticas públicas de promoção do emprego e formação profissional.
- Neste âmbito, o fortalecimento do orçamento do IEFP assume particular importância. Atendendo à missão do IEFP e às suas fontes de financiamento (nomeadamente a Taxa Social Única e o Fundo Social Europeu), as cativações que se têm verificado ao longo dos últimos anos não são compatíveis com uma estratégia de valorização dos recursos humanos.
- Assegurar que as estruturas de formação existentes - em Portugal existem ótimos centros de formação - são dotadas das verbas necessárias para que desenvolvam todo o seu potencial, permitindo que inovem e desenvolvam programas de formação de ativos que respondam às necessidades das empresas.
- Deve apoiar-se financeiramente, através dos centros de formação profissional com vocação empresarial, instrumentos como formação-ação, cheque formação, unidades de curta duração ajustadas às necessidades das empresas, formação à medida, estágios com tutoria empresarial, diagnóstico de necessidades empresariais.
- No âmbito da Educação, a preparação das gerações futuras não pode descurar as necessidades da economia e do mercado de trabalho pelo que defendemos o reforço dos modelos de colaboração entre as instituições de ensino e as empresas.
- Neste âmbito, as associações empresariais estão disponíveis para desenvolver parcerias com as escolas e universidades, no sentido de desenvolver novas propostas pedagógicas que aproximem os estudantes do mercado de trabalho e respondam às necessidades das empresas.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Os investimentos em requalificação devidamente comprovados e confirmados pelos formandos devem ser dedutíveis à matéria coletável, em sede de IRC, em 150%.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS SALARIAIS, DE CONTEXTO E ENERGÉTICOS

No âmbito dos custos salariais:

- Assegurar uma evolução do **salário mínimo** em linha com critérios objetivos, reconhecidos nos acordos que foram es-

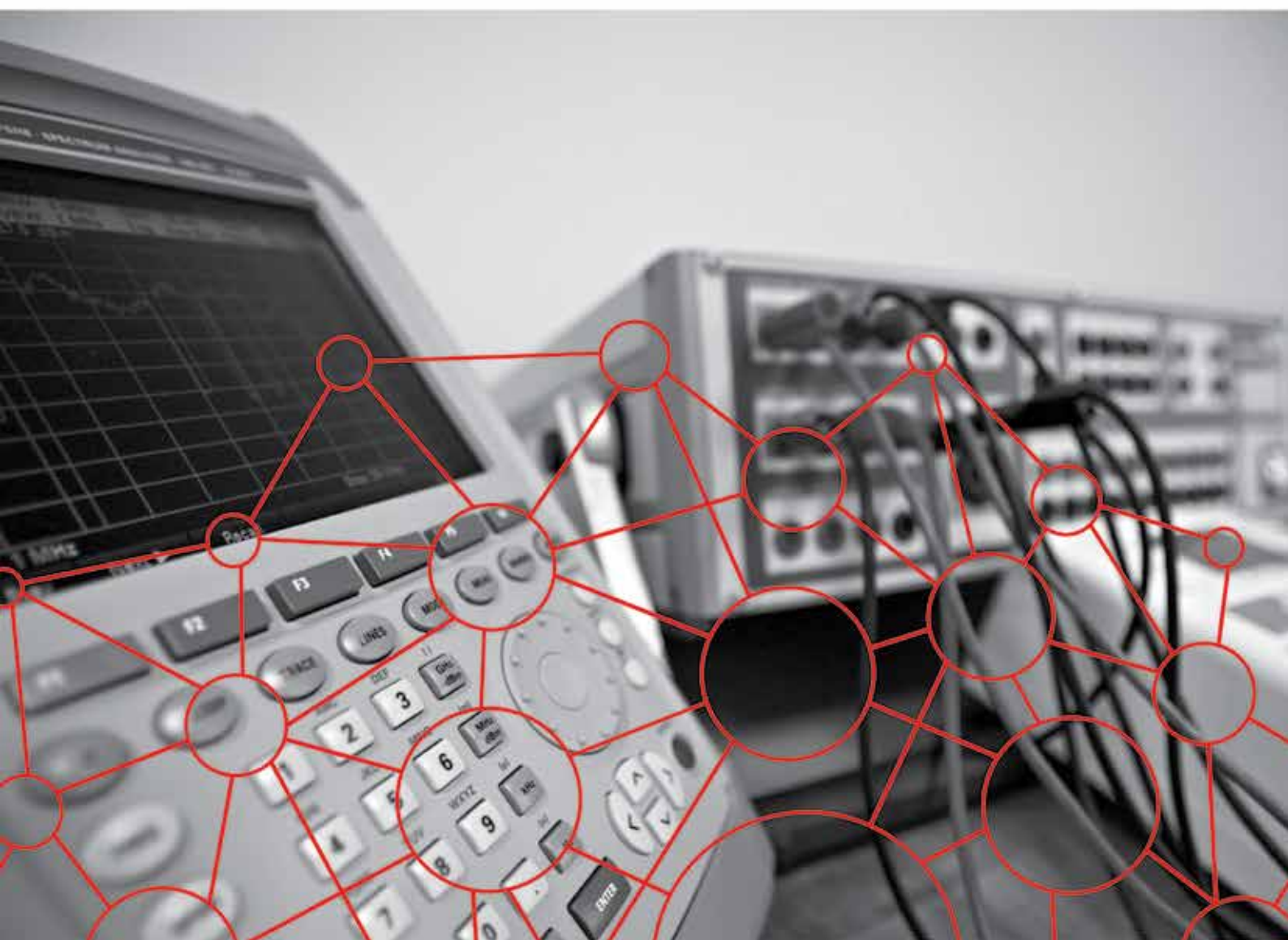
tabelecidos neste domínio em sede de concertação social: a inflação, a produtividade, a competitividade e o emprego.

No âmbito dos custos de contexto:

- Dar resposta aos principais problemas das empresas, onde se destacam: a morosidade, os custos, à tramitação e os resultados das execuções, o funcionamento dos tribunais de comércio, o acesso à Justiça ou os critérios de distribuição processual.
- Prosseguir a consolidação dos diplomas legais para evitar a grande pulverização da legislação aplicável em muitas situações e melhorar a operacionalidade do sistema de **licenciamento**, dando especial atenção à interface entre os organismos centrais e locais do Estado e os requerentes. É necessário um esforço de formação e de apetrechamento em meios informáticos por parte de algumas entidades com competências nestas matérias, designadamente os Municípios.
- Considerando positivo o programa **Simplex +**, designadamente o modelo de avaliação prévia de impacto económico legislativo "Custa Quanto?", implementado em 2017 como projeto-piloto, que inclui o Teste PME, é necessário assegurar a participação de representantes empresariais no desenvolvimento deste mecanismo, por forma a garantir a sua eficácia. Progredir no sentido de todos os custos de determinada regulamentação (presentes e futuros) serem considerados e comparados com os benefícios.

No âmbito dos custos energéticos:

- Para que o sistema elétrico possa ser mais competitivo, não deverão, por princípio, ser celebrados com produtores de energia novos contratos que garantam preços acima do mercado. Isto é: as "feedin tariffs" só deverão ser atribuídas se e enquanto forem indispensáveis, numa lógica de processo competitivo ex ante;
- Deverá existir a maior contenção nos investimentos em infraestruturas de gás e de eletricidade, até porque os consumos não estão a crescer;
- A CIP considera importante que se tomem medidas tendentes a uma maior equidade na redução das rendas energéticas, mas sem ignorar os direitos contratuais das partes.
- A CIP defende que deve ser conferida prioridade nacional à **eficiência energética** com a criação de estímulos mais eficazes ao investimento no edificado e com o reforço das medidas de apoio à eficiência energética na indústria, alargando a sua abrangência a todas as fases dos projetos. ☉



CERTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO & INSPEÇÕES

- / Certificação, qualificação e inspeção de equipamentos elétricos
- / Formação a equipas de trabalho de fornecedores e instaladores
- / Smart metering e smart grids
- / Comissionamento de instalações elétricas

Saiba mais em edplabelec.com

O Futuro da Europa: cinco cenários e uma sexta via



Os pilares fundamentais do projeto Europeu foram profundamente abalados por uma década de crise económica, financeira e social, a que se juntou o voto do Reino Unido para sair da União Europeia, o terrorismo, a crise migratória e forças populistas. O Futuro da Europa esteve, assim, no centro do debate em todas as capitais europeias em 2017

APÓS A PUBLICAÇÃO do Livro Branco sobre o Futuro da Europa pela Comissão Europeia, em março deste ano, o Presidente Juncker anunciou agora a sua visão para o futuro da União, em que ambiciona uma Europa mais coesa, mais forte, e mais democrática. Para as empresas, há um caminho claro a trilhar, e defende que é na União Europeia que se encontram as soluções para os problemas comuns que nos afetam.

LIVRO BRANCO SOBRE O FUTURO DA EUROPA – 5 CENÁRIOS

Cenário 1: **Manutenção do status quo**

Cenário 2: **Apenas o Mercado Único**

Cenário 3: **UE a várias velocidades**

Cenário 4: **Fazer menos, mais eficazmente**

Cenário 5: **Europa Federal**

1. AS IDEIAS PARA O FUTURO APRESENTADAS PELA COMISSÃO EUROPEIA

Em março de 2017, a Comissão Europeia apresentou o Livro Branco sobre o Futuro da Europa, com 5 cenários possíveis para o projeto Europeu, com vista a lançar o debate nas diferentes capitais. Após meses de discussão com os Estados Membros e as instituições europeias, o Presidente Juncker, durante o seu discurso da União, no dia 13 de setembro de 2017, desvendou a sua visão para uma união “mais coesa, mais forte, e mais democrática” e que combina elementos dos diferentes cenários propostos anteriormente.



Esta “sexta” via abrange duas partes principais. A primeira, propõe medidas para o presente mandato da Comissão (e.g. próximos 16 meses). A segunda, sugere medidas mais ambiciosas e mais orientadas para o futuro, com o horizonte de 2025 em vista. Esta visão tem também como objetivo aproveitar “em pleno as potencialidades inexploradas do Tratado de Lisboa”, e não considera, portanto, a reabertura dos Tratados. Este sexto cenário tem como suporte essencial o respeito pelos princípios básicos da União Europeia - em particular o Estado de Direito, que vem reforçado em várias das ideias propostas pelo Presidente Juncker - bem como a eficiência, a democracia e a transparência de todas as ações. Para além disso, defende a necessidade de um reforço de atenção em áreas com um claro valor acrescentado europeu, com uma União Europeia menos presente em questões que devem ser decididas a nível nacional.

2. O FUTURO DA EUROPA NUMA PERSPETIVA EMPRESARIAL

A União Europeia possibilitou o “modo de vida Europeu”, assente na liberdade de pensamento, expressão, movimento, e empresarial, salvaguardando diferentes identidades e tradições culturais dentro de um mercado único sem fronteiras, com investimentos inigualáveis no modelo social Europeu, promovendo a democracia, a paz, o Estado de Direito e a prosperidade dos seus estados-membros.

O projeto Europeu trouxe décadas sucessivas de paz e benefícios claros que se evidenciam na nossa vida quotidiana, como a facilidade de viajar, estudar, trabalhar ou finalizar negócios por toda a Europa, ou fazer pagamentos com uma moeda comum, nos países da zona do euro. Estas vantagens não são um dado adquirido e precisam, como tal, de ser defendidas diariamente.

Isto não significa, no entanto, que não exista margem para melhorar o funcionamento da Europa. Este é um processo contínuo e à qual a CIP se dedica diariamente. Nos últimos anos, a UE focou a sua ação na gestão urgente das várias crises pelas quais passamos. Mas, estando agora num caminho de recuperação, chegou também o momento de tomar decisões ousadas no caminho a seguir.

As empresas, como principais criadoras de empregos e crescimento, têm um papel central a desempenhar neste processo. São elas que fornecem a base para o progresso económico e social, e que providenciam

DISCURSO DA UNIÃO, 2017 PRIORIDADES DE AÇÃO

1. Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento
2. Um Mercado Único Digital Conectado
3. Uma União da Energia resiliente, com uma política, em matéria de alterações climáticas, virada para o futuro
4. Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada
5. Uma União Económica e Monetária mais aprofundada e mais equitativa
6. Uma política comercial equilibrada e progressista, para tirar proveito da globalização
7. Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua
8. Rumo a uma nova política de migração
9. Uma Europa mais forte na cena mundial
10. Uma União da mudança democrática



as soluções para os principais desafios da nossa sociedade, incluindo em termos ambientais. Além disso, as empresas europeias impulsionam inovação e criatividade, respeitando padrões elevados relativamente aos seus trabalhadores, consumidores e ao meio ambiente. A capacidade das nossas empresas manterem, e mesmo melhorarem, estas qualidades deve, portanto, ser salvaguardada. No entanto, as empresas europeias só poderão desempenhar o seu papel e afirmarem-se como um exemplo a seguir pelo resto do mundo se a competitividade e a sustentabilidade económica do nosso sistema for comprovada.

É assim necessário garantir a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas no mercado único e assegurar que a UE permaneça uma zona de comércio aberta ao resto do mundo. É preciso avançar com a União Económica e Monetária, nas suas diferentes vertentes, e continuar a trabalhar para uma Europa mais coesa. O respeito total do Estado de Direito por todos os Estados Membros deve continuar a ser assegurado. O funcionamento da UE também deve tornar-se mais eficiente. A Europa deve agir somente onde o valor real e o progresso podem ser alcançados, e reduzir a pesada burocracia imposta às nossas empresas. ☯

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO UNIÃO EUROPEIA - MERCOSUL

Continuam as rondas de negociações

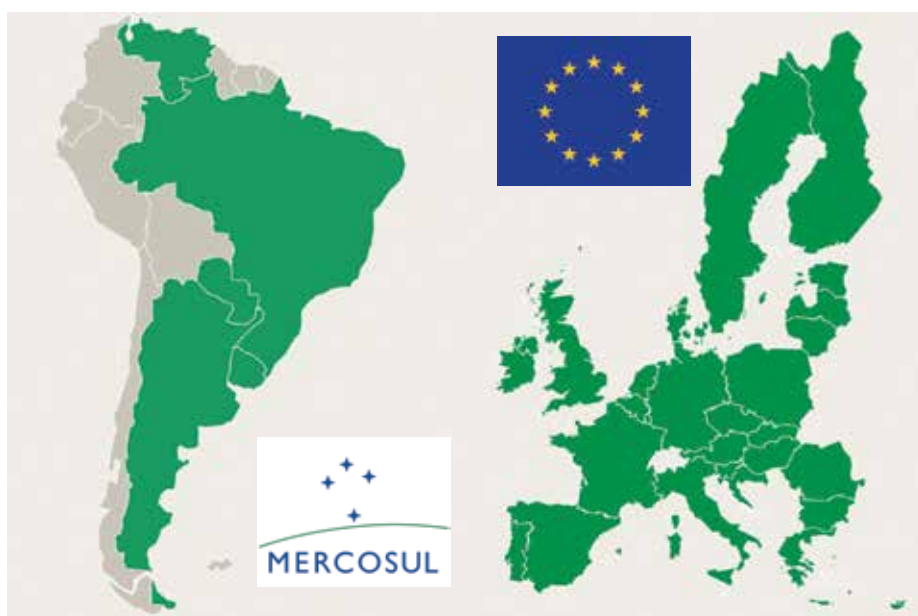
A 28ª ronda de negociações do Acordo de Associação União Europeia - Mercosul decorreu em Bruxelas na primeira semana de julho e a CIP participou numa reunião com os chefes das equipas negociadoras, onde foi realçada a existência de uma janela de oportunidade para uma conclusão do acordo até ao final de 2017

A 28ª RONDA de negociações do Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul decorreu de 3 a 7 de julho de 2017 em Bruxelas., as negociações foram lideradas, do lado europeu, pela negociadora-chefe Sandra Gallina (Diretora, DG Trade) e a delegação do Mercosul foi liderada pelo negociador-chefe da Argentina, o Embaixador Horacio Reyser Travers. Na semana em que decorreu a ronda de negociações, a BusinessEurope organizou, no dia 5 de julho de 2017, uma reunião com os chefes das equipas negociadoras.

A Comissão Europeia esteve representada por Sandra Gallina e o Mercosul esteve representado pelos Chefes de Negociação dos quatro países fundadores – Argentina, Embaixador Horacio Reyser Travers da Argentina, Embaixador Ronaldo Costa do Brasil, Ministro Juan Angel Delgadillo do Paraguai e Ministro Valeria Czukasi do Uruguai.

A CIP participou nesta reunião, onde os negociadores realçaram a existência de uma janela de oportunidade para uma conclusão deste acordo até ao final de 2017, dada o atual maior alinhamento dos países do Mercosul. Foi também referida a necessidade de a indústria desempenhar um papel mais importante nestas negociações.

Tal como referido no Relatório da Ronda, os grupos de trabalho das negociações abordaram as seguintes áreas:



uma disposição que mantém a margem preferencial no caso de reduções NMF (cláusula da nação mais favorecida), e também referentes a taxas e encargos diversos. Estão a ser exploradas soluções para a proposta da UE sobre bens refabricados, bem como sobre as consequências de o Paraguai ser país beneficiário do SPG (sistema de preferências generalizadas). As propostas da UE, ligadas ao acesso a matérias-primas, e referentes à proibição da existência de monopólios e a preços de importação e exportação foram também discutidas.

implementar um sistema de auto certificação a entrar em vigor após um período de transição. Durante este período de transição vigoraria um sistema misto, onde seriam permitidos certificados de circulação. As negociações progrediram também no que diz respeito a regras de origem específicas para produtos agrícolas e químicos, bem como para maquinaria. O Mercosul apresentou ainda uma nova proposta referente aos produtos têxteis, que ainda não corresponde à ambição da posição europeia.

1

COMÉRCIO DE BENS

As Partes concordaram em disposições e artigos centrais, como: direitos aduaneiros, cláusula de “standstill”, a aceleração da eliminação de tarifas e utilização preferencial, bens reintroduzidos no mercado após reparação,

2

REGRAS DE ORIGEM

No que diz respeito às disposições gerais, destacam-se o tópico da proposta da UE sobre a proibição de “duty drawback”. Ambas as partes estão a discutir a possibilidade de

3

FACILITAÇÃO ADUANEIRA E COMERCIAL

Ficaram apenas por concluir as negociações sobre algumas questões horizontais (definições e questões institucionais). Foi possível

chegar a acordo sobre cooperação aduaneira, bens perecíveis, agentes aduaneiros e decisões das Alfândegas.

4

BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO

As negociações debruçaram-se sobre quatro tópicos-chave: regulamentos técnicos, transparência, normas e avaliação de conformidade. Chegou-se a acordo sobre os regulamentos técnicos e em quase todo o articulado sobre transparência. Na questão da avaliação de conformidade, o Mercosul destacou a dificuldade em aceitar as declarações de conformidade de fornecedores. Houve ainda uma primeira troca geral de opiniões sobre o anexo referente a veículos motores proposto pela UE.

5

MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

Foi alcançado progresso significativo no tópico das verificações. Ainda será necessário discutir aprofundadamente a proposta da UE referente às medidas de facilitação comercial e à regionalização. O Mercosul apresentou ainda uma proposta de cooperação sobre resistência antimicrobiana e bem-estar animal.

6

INSTRUMENTOS DE DEFESA COMERCIAL

Ficou fechado o texto relativo aos Instrumentos de Defesa Comercial e salvaguardas globais da OMC. Quanto ao capítulo sobre Medidas de Salvaguarda Bilaterais, vários tópicos estão ainda em aberto e será necessário discuti-los mais profundamente, como o período de aplicação destas medidas, compensações, o tipo de medidas e a proposta da UE quanto a uma salvaguarda no setor agrícola.

7

SUBSÍDIOS

A União Europeia explicou a sua proposta sobre subsídios e respondeu a algumas questões colocadas pelos representantes do Mercosul, que por seu lado, se manteve relutante quanto à inclusão de cláusulas sobre subsí-

dios no texto do acordo. As negociações sobre este tema continuarão na próxima ronda.

8

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Negociações sobre a Resolução de Conflitos avançaram consideravelmente e ambas as partes aproximaram as suas posições em diversos tópicos (como regras de procedimento, código de conduta e mediação).

9

SERVIÇOS E IMPLEMENTAÇÃO

As provisões gerais e finais estão perto de serem concluídas, bem como os capítulos referentes aos serviços financeiros, regulação nacional e movimento de capitais. As partes debateram também sobre comércio eletrónico e acordos de reconhecimento mútuo. A UE explicou a sua proposta sobre serviços energéticos e requisitos de desempenho, embora o Mercosul continue relutante em abordar estes temas. O transporte marítimo, serviços postais e telecomunicações não foram discutidos durante esta ronda.

10

MERCADOS PÚBLICOS

Houve progressos quanto ao articulado referente aos contratos públicos, incluindo sobre o recurso a concursos limitados e sobre a má conduta profissional como condição de exclusão de fornecedores. Algumas provisões, na sua maioria ligadas ao acesso aos mercados continuam sem acordo.

11

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Durante esta ronda decorreu o primeiro debate sobre o articulado. Foi possível progredir em temas como trademarks e designs. Mantêm-se ainda algumas divergências, nomeadamente sobre o nível de proteção quando comparado com o acordo TRIPS da OMC e de outros tratados internacionais dos quais os países do Mercosul não são partes integrantes. O Mercosul realçou as suas preocupações quanto às patentes e à regulamentação de dados, e o seu interesse na transferência de tecnologia e na proteção da biodiversidade. No que diz respeito às Indicações Geográficas, foram discutidas a na-

tureza e abrangência destas classificações, a sua aplicação, bem como a sua relação com as marcas registadas. O Mercosul forneceu à UE a lista de produtos que desejam ver protegidos sob esta definição.

12

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A UE e o Mercosul partilham os mesmos compromissos neste tema na agenda multilateral, o que facilitou o acordo em disposições de compromissos internacionais sobre trabalho e ambiente.

13

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A proposta da UE para a inclusão de um capítulo sobre PME foi discutida, tendo o Mercosul demonstrado o seu interesse na inclusão destas provisões no acordo. O Mercosul anunciou ainda que está neste momento a realizar uma análise profunda sobre este tema de modo a conseguir realizar discussões mais desenvolvidas na próxima ronda.

14

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Foram discutidos os seguintes tópicos da parte comercial do Acordo: estrutura geral, aspetos institucionais e provisões horizontais relativas à transparência. Neste último tema as negociações avançaram com base na proposta da UE.

A próxima ronda de negociações terá lugar de 2 a 6 de outubro, em Brasília. ☞

DESTAQUE

A CIP participou nesta reunião, onde os negociadores realçaram a existência de uma janela de oportunidade para uma conclusão deste acordo até ao final de 2017, dada o atual maior alinhamento dos países do Mercosul



106.^a Conferência Internacional do Trabalho

CIP esteve presente na 106.^a Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e fez-se representar em duas comissões

A REPRESENTAÇÃO da CIP na 106.^a Conferência Internacional do Trabalho esteve a cargo de Nuno Biscaya e Sara Rego, que participaram, como conselheiros técnicos, respetivamente, na Comissão “*Discussão recorrente sobre o objetivo estratégico relativo aos princípios e direitos fundamentais do trabalho, no seguimento da Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008*”, e na Comissão “*Ab-rogação das Convenções N.ºs 4, 15, 28, 41, 60 e 67*”.

No dia anterior ao início da Conferência, a CIP marcou presença na reunião do Conselho Geral da Organização Internacional dos Empregadores (OIE), onde se elegeu o novo Presidente desta Organização: Mr. Erol Kiresepi, Presidente e Chefe Executivo da Santa Farma Ilac Sanayi A.S., Turquia.

Ainda no dia 4 de junho, teve lugar a primeira reunião do grupo de empregadores, destinada a proceder à eleição do “*chairman*” e dos “*spokepersons*” dos grupos de Empregadores nas diversas Comissões, bem como a analisar as perspetivas dos empre-



gadores relativamente aos potenciais resultados da Conferência.

No dia 5 de junho, realizou-se a sessão plenária de abertura da Conferência, a qual contou com a presença do Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, e com o Presidente do Uruguai, Mr. Tabaré Vázquez, tendo aí sido designado o presidente da Conferência deste ano.

1. Diariamente, os trabalhos da Conferência são precedidos de uma reunião do grupo de Empregadores, onde sumariamente se aborda o ponto de situação da agenda prevista para as diversas Comissões em funcionamento e se discutem os vários (por vezes mesmo díspares) pontos de vista sobre os temas visados.

As referidas reuniões possibilitam uma abordagem global dos temas tratados nas Comissões e da evolução dos respetivos trabalhos, além de permitirem perceber o contraste de opiniões no grupo dos empregadores, consoante a região onde os mesmos se inserem, no que respeita a questões como as cadeias de abastecimento, o novo paradigma das relações laborais, entre outras.

Guy Ryder esteve presente na reunião do grupo de Empregadores, no dia 7 de junho, onde apresentou o Relatório do Diretor-Geral, subordinado ao tema "A Iniciativa Verde".

Na perspetiva do Diretor-Geral, a "Iniciativa Verde" é um dos temas do centenário da OIT, intimamente relacionado com o seu tema fulcral - "O Futuro do Trabalho" -, que passa pela transição para a economia verde, para uma economia baseada no desenvolvimento sustentável, que permita a promoção da preservação do meio ambiente. Esta iniciativa é, juntos dos empregadores, muito discutível: se, por um lado, há aqueles que a olham positivamente, outros houve que consideram que o papel da OIT se deve ater ao domínio das relações laborais.

Relativamente às Comissões que funcionaram na CIT/2017, para além das acima mencionadas nas quais a CIP participou, esta Confederação acompanhou também os trabalhos que se desenvolveram na Comissão da Aplicação das Normas, na Comissão sobre o Emprego e Trabalho Digno para a Transição para a Paz, da qual resultou uma Recomendação da OIT, e na Comissão sobre Migração Laboral.

A Comissão sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho procurou identificar as necessidades dos países membros no sentido de promover a aplicação da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho de 1998. Neste âmbito, o direito fundamental mais discutido no grupo dos empregadores foi a liberdade de associação.

As conclusões desta Comissão pautaram-se, sobretudo, por dois aspetos:

- O facto de o relatório de pré-concordância e as conclusões provisórias preparadas pelo Secretariado da OIT não serem equilibradas, porquanto, no texto inicial, havia consideravelmente mais referências à liberdade de associação e à negociação coletiva (Convenções n.º 87 e 98) em comparação com os outros três Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Além disso, muitas das intervenções dos porta-vozes empregadores foram ignoradas, pelo que os Empregadores procuraram uma posição mais assertiva no sentido de corrigir o desequilíbrio e as afirmações imprecisas. Conseguiu-se, assim, evitar a inclusão de referências controversas, tais como os contratos públicos

Já visitou a nova página www.pcmedic.pt?

Experimente aqui o pcmedic Wizard

Tire uma dúvida, por exemplo: "Como saber se tenho um vírus no PC?"

Pergunte já!





como ferramenta para preservar os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, e, também, a extensão destes princípios à área de Segurança e Saúde no Trabalho; a diluição significativa das referências às formas não-padrão de emprego e às cadeias de abastecimento globais; e, ainda, a inserção de um parágrafo específico a reforçar o papel relevante da atividade comercial, a criação de um ambiente propício às empresas sustentáveis, mencionando, ainda, a produtividade, o crescimento e criação de emprego.

- O acompanhamento do trabalho contínuo da OIT no âmbito dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, de modo a basear-se numa atuação mais prática, que compreenda e responda eficazmente às diversas realidades e necessidades dos Membros, com uma aplicação cuidadosa da assistência técnica, capacitação, pesquisa e práticas nesta matéria.

A Comissão para a Ab-rogação das Convenções N.ºs 4, 15, 28, 41, 60 e 67 determinou que, devido ao facto de tais convenções se encontrarem desatualizadas, as mesmas deveriam ser revogadas.

O afastamento destas convenções da ordem jurídica Internacional revela-se importante, na medida em que a revogação dos normativos desfasados da realidade do mundo do trabalho é essencial para a afirmação da efetividade e da atualidade do direito internacional do trabalho, assegurando que a OIT possui um conjunto de padrões laborais sólidos e atualizados que servem como referência global.

Relativamente à Comissão da Aplicação das Normas, destaca-se o facto de o seu funcionamento ter vindo a melhorar ao longo dos últimos anos. A discussão dos 24 casos individuais selecionados realizou-se com sucesso.

Os seguintes casos são aqueles que suscitam maior preocupação no âmbito do grupo dos Empregadores:

- Venezuela, Convenção n.º 122: ausência de uma política ativa destinada a promover o emprego pleno, produtivo e livremente escolhido, levado a cabo com base em consultas às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores.

- El Salvador, Convenção n.º 144: falta de autonomia das organizações de trabalhadores e empregadores para indicar os respetivos representantes nos órgãos tripartidos. Devido à interferência do respetivo Governo, o Conselho Superior do Trabalho não conseguiu reunir nos últimos quatro anos. O Governo de El Salvador foi convidado a aceitar uma missão de assistência técnica da OIT.

- Cazaquistão, Convenção n.º 87: Além de outros aspetos, estão em causa infrações graves à liberdade de associação dos empregadores em decorrência da adoção, em julho de 2013, da Lei sobre os Empresários.

- Afeganistão, Líbia e República Democrática do Congo, Convenção n.º 182: utilização de piores formas de trabalho infantil. A discussão destes casos constituiu uma oportunidade para esclarecer o uso, por grupos e forças armadas, de crianças em conflitos ar-

mados, bem como a necessidade de a comunidade internacional mobilizar recursos e de apoiar os governos envolvidos, para que assumam o controlo, em torno de uma efetiva proteção das crianças.

A Comissão sobre o Emprego e Trabalho Digno para a Transição para a Paz, da qual resultou uma Recomendação da OIT, teve o mandato de rever a Recomendação sobre o Emprego de 1944 (Transição da Guerra para a Paz), com o fim de ampliar seu escopo e fornecer orientações atualizadas sobre o papel do emprego e do trabalho digno na prevenção, recuperação, paz e resiliência relativamente a situações de crise decorrentes de conflitos e desastres.

O grupo dos Empregadores adotou este exercício de revisão, visto ser uma oportunidade de auxiliar à criação ou restauração de um ambiente propício para as empresas sustentáveis, considerando a resolução e as conclusões sobre a promoção das empresas sustentáveis adotadas na 97.ª Sessão Conferência Internacional do Trabalho.

O grupo dos Empregadores atribuiu especial importância a parágrafos específicos do instrumento onde se afirma que "ao tomar medidas sobre o emprego e o trabalho digno em resposta a situações de crise decorrentes de conflitos e desastres, e com vista à prevenção, os Membros devem ter em consideração a promoção do emprego pleno, livremente escolhido e do trabalho digno, que são vitais para promover a paz, prevenir crises, possibilitar a recuperação e fortalecer a resiliência". O grupo conseguiu, ainda, inserir o parágrafo 8 C, que se centra na necessidade de promover o emprego sustentável e o trabalho decente, a criação de empresas sustentáveis, de pequenas e médias empresas e a transição da economia informal para a economia formal.

A Comissão sobre Migração Laboral salientou benefícios claros que decorrem de uma migração laboral sólida e efetivamente regulada.

Uma parte importante das Conclusões desta Comissão centra-se na ação futura da OIT, especialmente no contexto das negociações que se avizinham em torno do Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular.

A OIT dispõe já de um conjunto alargado de meios para apoiar os seus constituintes na implementação de respostas coerentes e abrangentes de orientação efetiva da migração laboral, pelo que, ao invés de procurar novas ferramentas, as Conclusões reiteraram a necessidade de promover e usar melhor as ferramentas existentes. ☉

**CENFIM**CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA
INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICAPO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INICIATIVA SOCIAL
& EMPREGOPORTUGAL
2020Iniciativa Social
e Emprego

Cursos Profissionais 2017

Uma Profissão - Um Futuro - 100% de Empregabilidade



FORMAÇÃO DE JOVENS

APZ

Cursos de
AprendizagemNível 4
Confere o 12º Ano
+ Qualificação
Profissional

CET

Cursos de
Especialização
TecnológicaNível 5 - Protocolos
com diversos
Estabelecimentos do
Ensino Superior com a
atribuição de créditos
(ECTS)

FM

Formação
Modular
Certificada
(Ciclos de Formação)

EFA

Cursos de
Educação e
Formação de
Adultos

- Formação • à Medida para Empresas
- Apoio Técnico e Organizacional •
- Formação Contínua - Aperfeiçoamento •
- RVCC - Profissional e Dupla Certificação •

APOIOS SOCIAIS •

Bolsa de Formação, Subsídio de Alimentação e Transporte



Possibilidade de ESTÁGIOS NA EUROPA •



NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande
■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 . 1950-010 LISBOA . Telef.: 21 861 01 50 . Fax: 21 868 49 79 . ZONA NORTE: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 . 4100-187 PORTO
Apartado 8006 . 4109-601 PORTO . Telef.: 22 618 21 64/77 . Fax: 22 618 95 96 . Internet: www.cenfim.pt . www.facebook.com/cenfim.pt . E-mail: dir@cenfim.pt



www.cenfim.pt
www.facebook.com/cenfim.pt

O REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Novos desafios e oportunidades



O REGULAMENTO GERAL de Proteção de Dados (RGPD) é a mais importante mudança na privacidade dos dados dos últimos 20 anos. Depois de quase cinco anos de preparação e debate, o Regulamento foi finalmente aprovado e adotado pelo Parlamento Europeu em abril de 2016 e será aplicado dentro de menos de um ano, em 25 de maio de 2018.

A nossa sociedade baseada na tecnologia gera quantidades massivas de dados, desde informação recolhida para o pagamento

de salários e recolha de impostos, à compra de bilhetes de avião e encomenda de compras em linha e sua entrega à nossa porta.

As bases de dados pessoais e tratamento de dados associados assumem um papel absolutamente fundamental na boa gestão



Hugo Leite
DIREÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

de qualquer empresa e/ou entidade pública, com particular relevância no domínio do relacionamento com os seus clientes/potenciais clientes e, no caso das entidades públicas, com os utentes dos serviços públicos. Deste modo, é importante compreender que o novo RGPD traz muitos benefícios para os titulares dos dados, mas também para as empresas, que terão de garantir políticas de segurança e proteção de dados mais eficientes. Contudo, exige que as organizações atualizem uma série de processos de forma a obterem a conformidade com esta regulamentação.

RGPD – O que significa para a sua organização

O RGPD vai regular a proteção dos dados pessoais na UE nas próximas décadas e altera significativamente as “regras do jogo” na proteção de dados. O novo modelo de regulação impõe que as organizações terão que demonstrem conformidade com o Regulamento: a autorregulação, i.e, a responsabilidade pela interpretação, operacionalização e manutenção do cumprimento com o RGPD, ficando sujeitas à Autoridade de Controlo (que, à partida, continuará a ser a Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas com uma significativa alteração ao nível da estrutura interna e organizativa). As organizações terão ainda a obrigatoriedade de reporte à Autoridade de Controlo de quaisquer incidentes relativos ao comprometimento de dados pessoais e, em certas condições, aos próprios titulares afetados. Este facto aumenta significativamente a probabilidade de exposição mediática negativa das organizações, com o correspondente aumento do risco reputacional.

Por outro lado, destaca-se o alargamento do conceito de dados pessoais, que passa a incluir quaisquer dados suscetíveis de identificar, mesmo que de forma indireta, um determinado indivíduo (Endereços IP; dados biométricos, como as impressões digitais, os dados obtidos através de análise de retina, etc; dados de geolocalização; identificadores de dispositivos móveis; cookies etc). Percebe-se que esta solução protege os cidadãos mas que poderá ter um forte impacto no comércio eletrónico. Outra importante alteração é o reforço dos direitos dos titulares dos dados pessoais, cuja implementação pode exigir alterações ao nível dos processos de negócio e dos sistemas de informação das organizações. Face a esta realidade, o momento de colocar a privacidade e a proteção de dados

nas agendas das organizações não pode ser mais adiado, até porque as coimas a aplicar em caso de violação de privacidade e uso indevido de dados pessoais podem atingir os 20 milhões de euros ou 4% do volume de negócios anual do exercício financeiro anterior.

Como proteger e gerir os ativos chave da sua organização

A melhor abordagem para este novo cenário consiste em perceber a privacidade e a proteção de dados como uma vantagem competitiva essencial. Para tal, torna-se imperativo adotar um programa efetivo de proteção de dados de forma a assegurar a conformidade aquando da aplicação do RGPD e melhor gerir os ativos chave na sua empresa. Recomenda-se que as organizações apontem o foco a cinco mudanças prioritárias e que ajudam ao rápido cumprimento dos requisitos.

1. Defina o seu papel no âmbito do RGPD. Toda a organização que decida a finalidade e como os dados pessoais são tratados é, essencialmente, um “reponsável pelo tratamento”. O regulamento passa a ser aplicável não apenas a empresas estabelecidas dentro da UE, mas também a todas as organizações fora da UE que processem dados pessoais para oferta de bens e serviços à União Europeia.

2. Nomeie um Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer – DPO). O novo Regulamento introduz também uma nova figura: o DPO. Será obrigatória em determinadas empresas: i) quando o tratamento dos dados seja efetuado por uma autoridade ou entidade pública (com exceção dos tribunais), ii) quando as principais atividades de tratamento do responsável ou do subcontratante consistam na monitorização regular e sistemática dos titulares dos dados em grande escala (como por exemplo, os grandes operadores de dados na internet, motores de busca, redes sociais) ou iii) quando as principais atividades do responsável ou do subcontratante consistam no tratamento em grande escala de dados pessoais sensíveis e dados relativos a condenações penais e contraordenações (são exemplos desta categoria os hospitais, as instituições financeiras e as seguradoras). É ainda recomendável que qualquer empresa que realize um tratamento de dados de carácter pessoal tenha uma figura interna ou externa, perita na matéria.

3. Demonstre responsabilidade em todas as atividades de tratamento de dados. Como referido anteriormente, os responsáveis e encarregados de tratamento têm de estar sempre preparadas para a qualquer momento demonstrar que estão em conformidade com o RGPD e que conseguem assegurar aos titulares dos dados o efetivo exercício dos direitos que estão previstos no RGPD. Em apreço encontram-se previstas medidas relativas à implementação de políticas internas, ao registo das atividades de tratamento, à realização de uma avaliação de impacto sobre a proteção de dados.

4. Verifique as transferências internacionais de dados, as quais são permitidas desde que apresentem as garantias adequadas. A Comissão Europeia pode decidir que um país terceiro assegura um nível de proteção adequado, não exigindo esta transferência autorização específica. Fora destas áreas, deverão ser usadas as devidas salvaguardas recorrendo a outras soluções, tais como “regras vinculativas aplicáveis às empresas” ou as “cláusulas contratuais-tipo”. Os responsáveis pelo tratamento estabelecidos na UE deverão ter em atenção os novos mecanismos ao abrigo do RGPD na seleção ou avaliação de subcontratantes fora da UE e assegurar o emprego dos controlos apropriados.

5. prepare-se para o exercício dos direitos dos titulares dos dados. Como foi anteriormente referido, os titulares dos dados viram os seus direitos reforçados: aqui inclui-se o direito ao esquecimento, direito à portabilidade de dados e o direito a ser informado (e.g. no caso de uma violação de dados pessoais). No caso de uma empresa ainda não se encontrar preparada para lidar com possíveis incidentes de violação de dados ou o exercício dos direitos do titular dos dados, agora é o momento para começar a planear e implementar controlos adicionais.

Estas ações constituem importantes passos para a conformidade e para assegurar a reputação e a confiança da sua marca. Caso não disponha de recursos internos deve-se apoiar num parceiro que o possa acompanhar ao longo de todo o processo estratégico de implementação, eliminando o risco de incumprimento normativo de eventuais coimas e sobretudo, eliminando o risco de ocorrência de algum tipo de incidente sobre dados pessoais geridos na organização. ☯

Retrospectiva

A CIP no 1º Semestre de 2017



Durante o 1º semestre de 2017, foram assumidos e desenvolvidos os três compromissos assumidos pela CIP no presente triénio: o compromisso com o crescimento económico; o compromisso com uma Europa unida em torno da competitividade; e o compromisso com um movimento associativo sólido e com valor para as empresas

INICIATIVAS DOMINANTES

Compromisso Tripartido: Acordo de Concertação de Médio Prazo

No âmbito da CPCS, destaca-se no 1º semestre a assinatura, em janeiro, do Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo, refletindo um equilíbrio de contornos abrangentes, criando as condições para que a concertação social seja valorizada e estabelecendo as contrapartidas imediatas indispensáveis para que as empresas possam absorver o impacto provocado por um aumento do salário mínimo superior ao que seria consentâneo com os critérios económicos objetivos ditados pela evolução da inflação, da produtividade e da competitividade.

O Compromisso Tripartido para um Acordo de Concertação de Médio Prazo integrou três eixos:

- atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida;
- promoção de ações conjuntas para o desenvolvimento da negociação coletiva e para a modernização do mercado de trabalho;
- promoção de um debate na CPCS que integre questões relativas à competitividade das empresas, à modernização económica e social do país, e às condições que promovam estabilidade, equilíbrio e coesão social.

Em fevereiro, foi introduzida uma adenda, na sequência da inviabilização da redução da Taxa Social Única, para inserir uma me-

dida relativa à redução do pagamento especial por conta.

Eleição dos Órgãos Sociais da CIP para o triénio 2017-2019

O semestre ficou também marcado pela eleição dos Órgãos Sociais da CIP para o triénio 2017-2019. No dia 9 de fevereiro realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral, que elegeu os novos Órgãos Sociais da CIP para o triénio 2017-2019. A lista única encabeçada por António Saraiva foi eleita por 84% do universo eleitoral e conta com Salvador de Mello como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e com Bruno Bobone como Presidente do Conselho Fiscal. Os Órgãos Sociais da CIP 2017-2019 têm 64 membros, dos quais 10 são novos.

Grande Conferência CIP 2017

No dia 23 de fevereiro realizou-se a conferência **Moldar o Futuro – O Imperativo do Crescimento**, que promoveu um debate sobre o imperativo do crescimento, privilegiando a diversidade de perspetivas, opiniões e experiências, em torno de soluções que permitam moldar um futuro mais próspero para Portugal.

Cimeira Empresarial Luso-Espanhola

A Cimeira Empresarial co-organizada pela CIP e pela CEOE – Confederación Española de Organizaciones Empresariales, realizou-se a 29 e 30 de maio, em Vila Real. As conclusões do encontro definiram seis áreas de ação prioritárias:

- Aprofundar o espírito reformista nacional e europeu como forma de combater os problemas estruturais
- Aprofundar uma União Económica e Monetária mais completa e integrada para adaptar a governação económica à realidade
- Apostar numa Política Industrial e Energética orientada para a competitividade
- Implementar uma Política de Infraestruturas e de Transportes como vetor da coesão territorial
- Acelerar a agenda europeia de comércio internacional num espírito de reciprocidade
- Criar um canal de comunicação e troca de informações tendo no horizonte as oportunidades que a notificação, no âmbito do Artigo 50.º do Tratado da União Europeia, abre aos agentes económicos da Península Ibérica

ÓRGÃOS SOCIAIS

Realizaram-se 14 reuniões dos Órgãos Sociais da CIP:

- 3 reuniões da Assembleia Geral
- 1 reunião do Conselho Fiscal
- 4 reuniões do Conselho Geral e Direção
- 6 reuniões da Comissão Executiva

CONSELHOS CONSULTIVOS

Após o início do novo mandato foram retomados os trabalhos dos Conselhos Consultivos existentes, com a integração de novos membros e nomeação dos respetivos Presidentes. Foi ainda criado o novo Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica. No total do semestre realizaram-se 21 reuniões de Conselhos Consultivos:

- 4 reuniões do Conselho Associativo Regional



- 1 reunião do Conselho da Indústria Portuguesa
- 1 reunião do GT “Infraestruturas Portuárias (Gestão de Contentores) e Ferroviárias”
- 2 reuniões do Conselho Estratégico Nacional do Ambiente
- 3 reuniões do Conselho Estratégico Nacional da Energia
- 7 reuniões do Conselho Estratégico Nacional da Saúde
- 1 reunião do Conselho do Comércio Português
- 1 reunião do Conselho do Turismo Português
- 1 reunião do Conselho Estratégico para a Cooperação, Desenvolvimento e Lusofonia Económica

OUTRAS INICIATIVAS PÚBLICAS

Seminário “Envelhecimento Ativo / Uma Prioridade para Portugal”

O Conselho Estratégico Nacional da Saúde da CIP organizou, no dia 7 de junho, o Seminário Envelhecimento Ativo – Uma Prioridade para Portugal. Para entender o envelhecimento ativo, a conferência trouxe a debate o tema da evolução demográfica e do envelhecimento saudável.

Single Market Forum 2016/2017

A CIP participou na edição 2016-2017 do Single Market Forum da Comissão Europeia através da organização, em parceria com as suas associadas, de dois seminários em Portugal: “As PME Europeias nas Cadeias de Valor Globais” (AIDA, Aveiro) a 22 de março e “Operar no Mercado Único dos Bens – Aplicar, Cumprir, Fiscalizar”

(AERLIS, Oeiras), a 24 de janeiro. A CIP esteve ainda presente no Workshop Single Market for SME no Encerramento do Fórum em Malta (19 de junho).

Seminário “Operar nos Mercados Únicos da EU”

A CIP e a Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) organizaram, no dia 27 de junho, o Seminário Operar nos Mercados Únicos da UE – Novas potencialidades para as empresas. Este evento foi dedicado a três vertentes do mercado único onde as empresas operam – a dos Bens, a dos Serviços e a Digital, e o objetivo foi dar a conhecer às empresas os mecanismos existentes, recentemente reforçados, que podem facilitar a aplicação das regras entre os Estados Membros e que apoiam a resolução de problemas decorrentes de uma deficiente aplicação destas regras.

Workshop “O Novo Regulamento de Proteção de Dados – Desafios e Soluções para as Empresas”

A entrada em vigor do Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados no dia 25 de maio de 2018, irá, necessariamente, trazer desafios para as empresas portuguesas. A adaptação a práticas como o privacy by design e by default, o direito à portabilidade dos dados, ou a designação de um encarregado de proteção de dados, entre outras, exigem uma preparação antecipada das organizações. Tendo em vista esta preparação, a CIP, em conjunto com a Microsoft e a AON e com a colaboração da André Miranda & Associados, organizou a 21 de Junho um workshop para os seus Associados. ☺

SEMANA EUROPEIA DAS PME

Promova o seu evento empresarial na União Europeia



SEMANA EUROPEIA DAS PME

A SEMANA EUROPEIA DAS PME promove agora eventos empresariais ao longo de todo o ano. Trata-se de uma campanha pan-europeia (37 países participantes), que tem por objetivo promover o empreendedorismo na Europa. O seu principal instrumento é a promoção de eventos no seu website (*), instalado na DG Growth da Comissão Europeia, e a possibilidade subsequente de utilizar o logótipo da Semana Europeia das PME nos suportes de comunicação destes eventos. Empreendedores existentes e potenciais, jovens, organizações empresariais, fornecedores de serviços às empresas, entidades públicas e instituições de ensino poderão candidatar-se.

Os eventos deverão ter como tema o empreendedorismo ou o desenvolvimento empresarial em qualquer das suas facetas (financiamento, fiscalidade, internacionalização, etc.) e poderão assumir formas variadas, como seminários, workshops, feiras, ateliers, concurso ou espaços de networking.

O processo de participar nesta iniciativa é bastante simples e rápido. A formalização da candidatura é feita através de

um pequeno formulário, disponível em português, que deverá ser submetido, idealmente, com a antecedência de um

mês em relação à data de realização do evento. As candidaturas encerram a 30 de novembro. ☺

INFORMAÇÕES

Mais informações estão disponíveis no website “European SME Week” e também num destaque da rede portuguesa da Enterprise Europe Network. Esclarecimentos poderão ser obtidos junto dos coordenadores nacionais da Semana Europeia das PME em Portugal:

IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP

Contacto: Helena Moura – helena.moura@iapmei.pt

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

Contacto: Patrícia Gonçalves – pgoncalves@cip.org.pt



A inspirar uma nova geração de empreendedores europeus
20 – 24 de novembro
#SMEWeek2017



(*) https://ec.europa.eu/growth/smes/support/sme-week_pt



O Programa Operacional Capital Humano (PO CH) é o instrumento que gere o investimento europeu e português na formação e qualificação dos jovens e adultos.

PO CH aprova mais de 2 mil milhões de Euros para Formação e Qualificação*

247 178
Participantes
Apoiados

1592
Projetos
Apoiados

2.066.899.494€
Financiamento Total
Fundo Social Europeu +
Contrapartida Pública Nacional



*dados a 31 de março de 2017

poch@poch.portugal2020.pt | Av. Infante Santo, 2 - 6.º - Lisboa

A publicação da lista de candidaturas aprovadas, enquanto medida de transparência e publicidade destinada ao público em geral, é uma das competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Capital Humano.

Lista de Candidaturas Aprovadas em:
www.poch.portugal2020.pt





O PO CH no reforço das competências e empregabilidade das pessoas

O Programa Operacional Capital Humano (PO CH) aprovou 1 611 operações até 30 de Junho de 2017. Entre 2014 e 2016 foram apoiadas 247 178 pessoas (125 906 mulheres e 121 272 homens), correspondendo a 2 Mil Milhões € de financiamento total aprovado, dos quais 1.8 Mil Milhões € comparticipados pelo Fundo Social Europeu (FSE)

DAS 1 611 OPERAÇÕES aprovadas até 30 de Junho de 2017, verifica-se que a região Norte apresenta um maior número de candidaturas, 780, com um montante total de financiamento de 1.1 Mil Milhões €, seguida da região Centro com 611, correspondendo a 732 Milhões €. Na região do Alentejo foram aprovadas 209 candidaturas, com um

investimento total aprovado de 176 Milhões €. As restantes 11 operações aprovadas assumem âmbito multiregional e representam 94 Milhões € de investimento elegível. Em termos de execução financeira, o PO CH é o Programa que, no âmbito do Portugal 2020, mais pagou aos seus beneficiários, num montante total superior a 1.3 Mil

Milhões €, dos quais 1.1 Mil Milhões € financiados pelo FSE. A Taxa de Execução do Programa, que resulta da despesa validada, fixa-se nos 30%, representando o dobro da média do Portugal 2020 (15%) e somente superada pelo Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) Continente (32%). O PO CH apresenta a 3ª maior Taxa de Compromisso,

situada nos 58% da dotação total disponível para aplicar até ao fim do ciclo de programação, valor acima da média do Portugal 2020 (50%), sendo superada pelas taxas relativas ao PDR do Continente e dos Açores (ambos 68%).

Estes resultados alcançados pelo PO CH decorrem do trabalho efetuado desde janeiro de 2015 - data de início efetivo do PO CH - e têm contribuído para a implementação da Estratégia da União Europeia para 2020, através do Plano Nacional de Reformas.

Áreas de Formação e de Estudo Apoiadas pelo PO CH:

O PO CH apoia um vasto catálogo de formações transversais a diversos setores da atividade económica. Do universo das 247 178 pessoas apoiadas até 31 de Dezembro de 2016, 28 605 formandos e bolsiros integram, especificamente, projetos nas áreas de formação/estudo em destaque na presente edição da Revista Indústria, e refletidos no quadro que se segue, correspondendo a um custo total elegível de 114.58 Milhões €.

Constata-se que 58% (16 596) iniciaram ações que conferem o nível ISCED 3 (Ensino Secundário) ou uma qualificação profissional de nível 4 nessas áreas de formação, correspondendo a 11% do número total de apoiados pelo Programa no âmbito de Cursos de Aprendizagem, Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos de Educação e Formação de Adultos (148 436).

No Ensino Superior (ISCED 6, 7 e 8) foram apoiados 12 009 bolsiros, dos quais 96% nas áreas de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (11 517), o que corresponde a 15% do número total de estudantes apoiados pelo PO CH através de Bolsas de Ação Social para Alunos Carenciados, Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento (79 725).

Do universo dos 28 605 participantes, 82% são do género masculino, verificando-se, porém, um maior peso de mulheres nas seguintes áreas de estudo ao nível do ensino superior: Ciências Agrárias e Florestais, Ciências do Mar e Engenharia de Materiais.

As Entidades Beneficiárias comprometem-se a assegurar que, pelo menos, 50% dos formandos/bolsiros apoiados prosseguem estudos e/ou (re)entram no mercado de trabalho 6 meses após a conclusão dos respetivos ciclos formativos, uma vez que a filosofia dos apoios concedidos pelo PO CH assenta na orientação para resultados. ☺

247 178
Pessoas
Apoiadas

1 611
Operações
Aprovadas

1.1 Mil milhões €
Pagamentos
aos
Beneficiários

N.º de Participantes por Nível de Ensino, Área de Formação/Estudo, Género e Custo Total Elegível (em Milhões €)

Nível de Ensino	Áreas de Formação e de Estudo	Feminino	Masculino	Total	Custo Total Elegível (Milhões €)
Até Ensino Secundário (ISCED 3 ¹)	Metalurgia e Metalomecânica	508	9 511	10 019	43.35
	Construção e Reparação de Veículos a Motor	111	5 797	5 908	24.67
	Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel Plástico, Vidro e outras	182	487	669	2.82
	Subtotal	801	15 795	16 596	70.84
Ensino Superior (ISCED 6, 7 e 8)	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	4 026	7 491	11 517	33.67
	Ciências Agrárias e Florestais	110	45	155	3.17
	Ciências e Engenharia de Materiais	83	67	150	3.05
	Engenharia Mecânica	34	71	105	2.13
	Ciências do Mar	54	28	82	1.70
	Subtotal	4 307	7 702	12 009	43.73
Total		5 108	23 497	28 605	114.58

¹ International Standard Classification of Education

Fonte: PO CH

No âmbito da programação e implementação do Portugal 2020, o PO CH tem como principal missão contribuir para o reforço da qualificação e da empregabilidade dos portugueses. Uma economia inteligente, competitiva e sustentável requer pessoas que acrescentem valor e façam a diferença; para tal, impera a necessidade de investir na eficácia do alinhamento entre o desenvolvimento de competências e as exigências do mercado de trabalho, bem como na transferência do conhecimento para o tecido empresarial. O PO CH, através do cofinanciamento do FSE e da Contrapartida Pública Nacional, visa até 2020 contribuir para reduzir a taxa de abandono escolar precoce para os 10% (≈ 19% em 2013), aumentar para 40% a população entre 30-34 anos com ensino superior ou equiparado (30% em 2013) e aumentar para 15% a taxa de participação de adultos (25-64 anos) em ações de formação (≈ 10% em 2013).

A ação do PO CH abrange todos os níveis de ensino, bem como as regiões de Portugal Continental que apresentam um menor nível de desenvolvimento (Norte, Centro e Alentejo). ☺

Autoridade de Gestão do PO CH



Para mais informações consulte www.poch.portugal2020.pt

Desenvolver “talentos”

É comum ouvirmos dizer que as empresas, para serem competitivas, têm de saber atrair talentos, ou seja, de captar recursos humanos altamente qualificados, com visão, criatividade, empenhados e motivados



A ATRAÇÃO destes talentos pode não ser fácil para as empresas, sobretudo se tivermos em conta que, no espaço europeu, 99% das estruturas empresariais são pequenas e médias empresas (PME), que não dispõem dos atrativos que se encontram nas grandes empresas como as elevadas retribuições salariais, a flexibilidade de promoção na carreira ou os serviços extra que potenciam o bem-estar dos trabalhadores.

Ora, se não dispõem dos mesmos mecanismos que as grandes empresas para atrair os chamados “talentos”, deverão preocupar-se em desenvolvê-los.

Uma boa estratégia passará pela conversão dos seus colaboradores em verdadeiros talentos, fazendo uso da formação e dos mecanismos de reconhecimento dos saberes que a própria empresa foi proporcionando aos seus trabalhadores. Esta conversão não será automática mas, a seu tempo, terá frutos e, além disso, qualquer talento não é mais do que o resultado de um investimento contínuo na qualificação. Nos dias de hoje, não se pode encarar a qualificação como um dado adquirido numa determinada fase das nossas vidas. Mesmo os que alcançaram níveis de qualificação mais elevados são confrontados com a obsolescência das suas qualificações se não mantiverem a pro-

cupação de aprender continuamente, ajustando-se aos empregos (que mudam cada vez mais rapidamente) e dispondo-se a reconversões profissionais, sempre que o que aprenderam já não servir para o que é necessário que seja agora o seu desempenho profissional.

O investimento na qualificação pode parecer, inicialmente, um processo dispendioso, uma vez que aprender requer tempo, pode implicar ajustes nas rotinas laborais ou até a alocação de alguém da empresa, nas situações em que a aposta na qualificação se faz por via da oferta de estágios. Mas, a médio prazo, haverá retorno e este pode até ser superior ao inicialmente estimado, uma vez que a empresa beneficiará não só com as competências diretas que ajudou a desenvolver nos colaboradores mas também com o acréscimo de rendimento que esses trabalhadores terão pelo simples facto de se sentirem mais motivados, mais aptos e até reconhecidos pelo facto de a entidade patronal ter apostado na sua qualificação.

Estes são ganhos que se encontram retratados em inúmeros estudos, como no que

deu origem à publicação *“Investing in skills pays off: the economic and social cost of low-skilled adults in the EU”*, da responsabilidade do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. Diz o referido estudo que, as qualificações mais elevadas têm efeitos benéficos nos indivíduos e nas suas famílias (ganhos mais significativos e maior empregabilidade, melhoria ao nível da saúde, bem-estar e satisfação), nas empresas (maior produtividade e retorno nos investimentos e poupança nos custos associados ao recrutamento de novos colaboradores), na economia (maior crescimento económico, acréscimo de receitas fiscais e redução da despesa pública em áreas como a saúde ou a criminalidade), e na sociedade como um todo (maior inclusão social e envolvimento político e cívico).

Em suma, um ciclo de benefícios que se expande a todos os domínios e que está bem ao alcance de qualquer PME. Em Portugal, basta que procurem auxílio (100% gratuito) junto de uma dos mais de 300 Centros Qualifica dispersos pelo País. ☺

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

A importância do Seguro de Créditos para as PME's portuguesas

A CRISE FINANCEIRA de 2008 foi muito prejudicial para a economia portuguesa e levou as empresas a melhor analisar a relação com os seus clientes e a ponderar os riscos que podem advir de novos negócios, principalmente quando é equacionada a perspectiva de exploração de novos mercados. A aproximação das empresas a uma ferramenta de mitigação de risco demonstra as vantagens do Seguro de Créditos na proteção contra perdas financeiras (dívidas de clientes), na gestão segura das suas necessidades financeiras e na melhoria da classificação de risco do próprio segurado.

Num mercado cada vez mais competitivo, é de elevada importância criar condições favoráveis para o desenvolvimento das PME's, com soluções adaptadas de acordo às suas necessidades. Portugal é um país que conta com diversas oportunidades, apoios e incentivos que primam cada vez mais pela qualidade e rigor de análise para que seja assegurado que o investimento efetuado traz retorno tanto à empresa exportadora ou que pretende efetuar a sua internacionalização, como às entidades que a apoiam (Estado, Banca, Seguradoras). A COSEC tem realizado esforços intensivos para apoiar as PME's lançando novas soluções de Seguro de Créditos que apoiam as empresas nas exportações. O Seguro de Créditos é uma ferramenta fundamental para evitar possíveis incumprimentos, tanto nos casos em que o negócio é realizado

internamente, como em transações que envolvem a exportação dos seus produtos ou serviços para países de risco político.

Um estudo sobre PME's conduzido a nível europeu pela Euler Hermes, acionista da COSEC, concluiu que a maioria das empresas que utilizam Seguro de Créditos exporta em média para o dobro dos países do que as que não têm esse seguro. Estas empresas estão cada vez mais conscientes da necessidade de mitigar o risco, principalmente quando a exportar para países de risco, onde os riscos comerciais e políticos são significativamente maiores.

Considerando os desafios que as PME's portuguesas enfrentam na gestão do risco e tendo em conta a especificidade do mercado das PME's, a COSEC oferece, juntamente com o Canal Bancário, produtos simples e standards que apoiam as empresas na gestão e controlo dos seus créditos, tanto nos mercados interno como externo. Embora hoje em dia a maioria dos bancos ofereça financiamento a curto e médio prazo, adaptado às necessidades de cada PME, a verdade é que o acesso a esse mesmo financiamento continua a ser um dos maiores desafios para estas empresas. O papel dos bancos é muito importante, uma vez que através da diversidade da sua rede de distribuição não só promovem o

acesso das empresas a este tipo de soluções, como também o facilitam. O Seguro de Créditos da COSEC permitiu a muitas PME's o acesso ao financiamento bancário. Este tipo de soluções não só é muito valorizado pelas empresas, como também contribui para o aumento do mercado. Por exemplo, nos últimos anos, a COSEC aumentou o número de novos clientes em 25%. Desde 2003 a COSEC estabeleceu uma parceria muito bem-sucedida com o Banco BPI (acionista da COSEC), que nos últimos anos contribuiu para cerca de 50% do novo negócio na COSEC, observando-se que cerca de 75% dessas empresas são também novas na utilização do Seguro de Créditos, contribuindo significativamente para o crescimento do mercado.

Nesta área do Seguro de Créditos é ainda relevante realçar que, estando o digital cada vez mais presente nos negócios, é inevitável reconhecer a importância da tecnologia no segmento das PME's. O desenvolvimento de canais digitais e parcerias com o sector Fintech será muito relevante para o mercado das PME's, bem como para a promoção do Seguro de Créditos. Este tipo de parceria tornará o mercado financeiro das PME's mais simples, rápido e inovador, sempre com o principal objetivo de melhorar a experiência do cliente. ☯

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos

Difundir a cultura da PI nas empresas

APESAR DA MELHORIA, Portugal continua a apresentar, no contexto da União Europeia, uma das mais baixas taxas de utilização do sistema de patentes.

As razões para esta baixa performance são conhecidas e têm sido implementadas ações tendentes a melhorar os referidos indicadores.

Um dos fatores de baixo desempenho diagnosticado foi atribuído ao desconhecimento da existência do sistema de patentes, do seu modo de funcionamento e das vantagens que dele se podem retirar. E por isso se tem assistido a um esforço de divulgação do sistema, designadamente pelo INPI, através por exemplo da criação da rede GAPI, mas também pelos próprios Agentes Oficiais da Propriedade Industrial. Por outro lado, e justificadamente, definiram-se as Universidades e os Centros Tecnológicos como os potenciais grandes geradores de patentes enquanto detentores do mais atualizado conhecimento tecnológico e científico.

Apesar do esforço de divulgação feito nos últimos 15 anos, verifica-se que os números estabilizaram, num novo patamar, em torno dos cerca de 1000 pedidos nacionais por ano, em vez dos típicos 300 por ano de há 10 anos atrás.

Se olharmos para a origem dos pedidos, vemos que se distribuem em proporções que não variam muito de ano para ano: metade dos pedidos são de inventores independentes e a outra metade divide-se em dois: as empresas e as Universidades.

Ora esta distribuição é muito diferente da típica distribuição exibida por países com alta intensidade de geração de patentes: comparamos por exemplo a Holanda que gera por ano, 1 pedido de patente europeia por cerca de 2 500 residentes; Portugal apresenta apenas, cerca de 1 pedido de patente europeia por 50 000 residentes. Isto significa que o nosso país, considerando o número de residentes, gera 20 vezes menos patentes por ano que o referido país europeu. Por outro lado, olhando para a distribuição da origem dos pedidos, na Holanda, vemos que mais de 90% dos pedidos são gerados nas empresas e os restantes 10% são

originados por inventores independentes e universidades.

Portanto, a conclusão lógica destes dados é que se Portugal pretende aumentar a sua intensidade de patenteamento, o crescimento deverá vir das empresas, porque são estas que geram os grandes volumes nas economias mais desenvolvidas. Para dar um exemplo, no país citado, só a conhecida empresa Philips, apresentou no ano de 2016 cerca de 2500 pedidos de patente europeia e que corresponde a cerca de 27% da atividade total de patenteamento por residentes na Holanda.

Como pôr as empresas a gerar mais patentes é hoje o desafio que se coloca, entre muitos outros, à sociedade portuguesa. O desafio transcende largamente a mera política pública do subsídio. Como iremos discutir, o gerar patentes por uma empresa advém de uma cultura empresarial específica e não é um detalhe da gestão, mas todo um posicionamento e forma de estar no mercado.

Não sendo possível mudar a cultura das organizações de uma assentada, é possível todavia agir, de tal modo que, cada vez mais, no nosso país, laborem empresas que apostem em inovação protegida. Esse seria, do meu ponto de vista, o melhor legado que poderíamos transmitir aos nossos filhos, os quais passariam a poder encontrar no país, um parque empresarial competitivo, diversificado e estimulante, com funções desde a I & D ao marketing, da fabricação aos serviços jurídicos sofisticados.

Em seguida, cito dois exemplos do que é possível fazer, quase sem gastar dinheiro, para melhorar a posição de Portugal nos indicadores de patentes:

1. "Patent Wall"

A "Patent Wall", de que temos na fotografia um exemplo, consiste em afixar num

sítio de destaque dentro da empresa o portefólio de patentes da mesma. As empresas com inovação orgulham-se das suas patentes que são como que o pedigree das invenções e ao mesmo tempo os blocos de construção do capital intelectual. Ostentar o portefólio de patentes num lugar de destaque dentro da empresa funciona como motivação de todos os colaboradores, a noção de que estão a trabalhar numa empresa que se orgulha das invenções que eles próprios fizeram. Vejo nesta iniciativa, se for bem gerida, um grande acelerador dos motores geradores de patentes....

2. Criar uma lógica competitiva dentro do país no sentido de saber periodicamente quem gera mais patentes

É sabido que as empresas estão constantemente em competição umas com as outras, e muitas têm a ambição de ser as melhores no seu mercado. Ora, o dar a conhecer quem são, em Portugal, as empresas que geram mais patentes, terá, do meu ponto de vista, a vantagem de criar uma saudável competição que redundará em mais patentes para o país. Não esqueçamos que não é o indicador em si mesmo que interessa a Portugal, mas sim o que esse indicador significa, neste caso o já referido parque empresarial sofisticado e dinâmico que ofereça aos jovens, empregos que sejam competitivos com os empregos noutras geografias mais industrializadas.

Esta vertente já foi iniciada pela CIP em 2015 pela publicação de trabalhos que dão a conhecer as empresas com maior geração de patentes em Portugal. É pois de saudar a iniciativa e fazer votos para que continue e dê lugar a outras complementares, como a gala dos inovadores, sugestão que aqui deixo. ☺

João Marcelino
TÉCNICO SUPERIOR DO INPI

NOTAS

Autor de várias obras sobre Propriedade Intelectual designadamente e em co-autoria com Manuel Lopes Rocha, o livro "Invenções e Patentes: Guia Prático do Produtor de Tecnologia".

Análise da Propriedade Industrial no panorama nacional

Numa perspectiva analítica, a Propriedade Industrial é um bom indicador para o estado do nosso Mercado Empresarial e respectivos sectores. De facto, o investimento anda de braço dado com a sua protecção

NUMA PERSPECTIVA analítica, a Propriedade Industrial é um bom indicador para o estado do nosso Mercado Empresarial e respectivos sectores. De facto, o investimento anda de braço dado com a sua protecção.

Desta forma, é possível saber quais as tendências de mercado, analisando quais os direitos pedidos junto do INPI

Nesse sentido, em 2016 houve um ligeiro aumento dos pedidos de registo de marcas e logótipos, mas um decréscimo, nos pedidos de patente e modelos de utilidade.

Se do lado das invenções as quebras de 2016 foram de cerca de 20%, do lado das marcas o aumento não chegou a 1%.

Assim, nota-se que 2016 não foi um ano particularmente forte em inovação. Foi, no entanto um ano em que as empresas apostaram, sobretudo nos sectores terciários como o turismo.

Não é por isso de espantar que a classe mais requisitada pelos pedidos apresentados tenha sido a classe 41 (educação; formação; divertimento; actividades desportivas e culturais). Em 2016 foram depositados 3071 pedidos de registo de marca nesta classe.

Em segundo lugar, com 2880 pedidos de registo, aparecia a classe 35 (Publicidade; gestão e negócios comerciais; administração comercial e trabalhos de escritório).

Para encontrar uma classe que identifique produtos, teremos de descer ao terceiro lugar, onde houve 2040 pedidos de registo na classe 33 (bebidas alcoólicas, com excepção de cervejas), a qual é utilizada para identificar “vinhos”.

Verificou-se, então, que os empresários nacionais, em 2016 prepararam-se para receber. Protegeram-se, sobretudo em serviços ligados à produção de eventos e também nas áreas comerciais, e o produto mais escolhido foi o vinho.

Ou seja, 2016 preparou um ano de 2017



dedicado ao turismo, o que aliás é discussão na ordem do dia.

Por curiosidade, e a confirmar este facto, a quarta classe mais depositada, com 1926 pedidos foi a classe relativa a serviços de restauração e alojamento temporário.

Em 2017 ainda não foram divulgadas as estatísticas que possibilitam fazer esta análise por classes, mas temos acompanhado os números mensais dos pedidos de registo de marcas.

É com agrado que se verifica que o principal aumento tem sido nos pedidos de registo de marcas da união europeia e internacionais.

Enquanto os pedidos nacionais têm sido, em número semelhante a 2016, os pedidos na União Europeia e Internacionais têm dado um salto considerável.

Este indicador é muito positivo, pois revela a vontade dos empresários portugueses em expandir os seus negócios e a procura do investimento estrangeiro para além dos tais serviços terciários e de turismo, providenciados a nível local.

Parece que os empresários portugueses estão a virar os seus negócios para o mercado global. Tivemos um ano a dar a conhecer o país localmente, agora será a vez de levarmos o país ao mundo.

Em conclusão, da análise dos números de 2016 verificámos um ano de 2017 dedicado sobretudo ao turismo. Esperemos que em 2018 continue esta tendência de internacionalização e que se leve ao resto do mundo esta certeza que existe que a nossa melhor marca é a marca Portugal. ♦



Luís Sommer Ribeiro
ADVOCADO
AGENTE DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

BREVES

Mostra em Nova Iorque

A AEP-Associação Empresarial de Portugal realizou nos dias 6 e 7 de setembro uma mostra de produtos portugueses em Nova Iorque sob o título "MERCADO 2017 – Leaders of Portuguese Renaissance" evidenciando a inovação e qualidade da oferta nacional em setores relevantes e em crescimento para a economia, tais como o agroalimentar, casa e decoração, indústrias da defesa, materiais de construção e rochas ornamentais.

Manutenção em Congresso

A Associação Portuguesa de Manutenção Industrial – A.P.M.I., realiza o 14.º Congresso Nacional de Manutenção nos dias 23 e 24 de Novembro de 2017, no Campus da Maiêutica (IPMAIA) no Castelo da Maia. Simultaneamente organiza, em colaboração com a AAMGA – Associação Angolana de Manutenção e Gestão de Activos, o 5.º Encontro de Manutenção dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

ITSector em Bragança

A ITSector, tecnológica especialista no desenvolvimento de software para o setor financeiro inaugurou no Brigantia EcoPark, em Bragança, o seu 5º Centro de Tecnologias Avançadas em Portugal. A empresa vai centrar a sua atividade no desenvolvimento de projetos em regime de Nearshore, operando à distância projetos no setor financeiro que detêm com clientes oriundos de mercados internacionais.

Reactor no Porto

A Porto Business School, Beta-i, Bright Pixel e Lionesa uniram-se para criar o REACTOR, o mais recente projeto de apoio à inovação e empreendedorismo. Apresentado no evento tecnológico "Pixels Camp", que decorreu em Lisboa, no dia 28 de setembro, o REACTOR promete revolucionar o universo da inovação empresarial e dos novos empreendedores e startups, já a partir de novembro de 2017.

Portugal i4.0

Já foi a primeira reunião do Comité Estratégico da Plataforma Portugal i4.0, a estrutura criada para coordenar a implementação das medidas da Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia – Programa Indústria 4.0. Tem como tarefa o aconselhamento técnico na consolidação e integração dos resultados das atividades da Plataforma a apresentar a decisores políticos, instituições públicas e demais intervenientes, de modo a contribuir para o alinhamento e articulação entre as políticas públicas e os seus destinatários.

SewEurodrive lança SAFETYDRIVE

A segurança funcional contribui não só para a segurança das pessoas, mas também em grande medida para o aumento da produtividade de sistemas e máquinas. A SewEurodrive aposta em soluções flexíveis com o safetyDRIVE. Todos os conversores tecnológicos e de frequência da empresa oferecem a função de desligar de forma segura a energia elétrica que alimenta o motor (STO). O portefólio é completado pelos componentes MOVISAFE® integrados como cartas opcionais DFS..B ou DCS..B no conversor ou de forma modular como módulos de segurança UCS..B.

As opções suportam todas as funções de movimento essenciais como por exemplo o limite de velocidade de segurança (SLS), sentido seguro (SDI) e paragem segura (SOS), bem como funções dependentes da posição como o incremento limitado seguro (SLI) e a posição



limitada segura (SLP). As funções de segurança podem ser realizadas de forma autónoma ou ser controladas através de sistemas de bus de campo seguros como o PROFIsafe. Assim, é possível implementar conceitos de segurança na engenharia dos acionamentos no quadro elétrico de forma simples. ☺

SIEMENS AUMENTA COLABORADORES

A Siemens Portugal ultrapassou, em setembro, os 2 mil colaboradores, nas suas operações nacionais e internacionais. No último ano a Siemens Portugal criou 251 novos postos de trabalho altamente qualificados, em Portugal, Angola e Moçambique contando atualmente com 2020 trabalhadores. O crescimento do negócio da Siemens Portugal tem permitido à empresa expandir a sua equipa, altamente qualificada, não só no mercado nacional, mas também no plano internacional.

Áreas tecnologicamente avançadas, que vão da digitalização focada na indústria 4.0, na automação de edifícios, na gestão de redes elétricas inteligentes, passando pela mobilidade elétrica e pelos serviços digitais na produção de energia e indústrias de processo têm sido os motores do crescimento junto dos seus clientes.

A Siemens Portugal tem reforçado também as suas equipas nos centros de competência de engenharia que exportam serviços para clientes nos 5 continentes, nomeadamente para soluções aeroportuárias, portos e autocarros elétricos. De realçar que a Siemens Portugal conta com 220 colaboradores altamente especializados nas suas áreas de atuação destacados em projetos internacionais em 38 países na Europa, Ásia, Médio Oriente, África e Américas.

“É com grande satisfação que podemos constatar o aumento significativo de novos postos de trabalho altamente qualificados criados nas empresas do grupo Siemens, refletindo o crescimento das atividades em território nacional, Madeira e Açores, nas operações nearshoring de serviços TI e engenharia para o mundo, e nas exportações para o mercado Europeu, Angolano e Moçambicano, em particular”, afirmou Pedro Pires de Miranda, CEO da Siemens Portugal. ☺



Seeing the big picture.

Não importa o que quer mover. Nós acionamos.



Diferentes setores industriais. Desafios diferentes. Mas sempre o mesmo parceiro competente: SEW-EURODRIVE. A nossa inovadora tecnologia de acionamentos oferece elevada qualidade com um custo total de propriedade reduzido. E isto sem mencionar os níveis máximos de potência atingidos com uma eficiência energética que cumpre, hoje, com os requisitos legais de amanhã. Este nível de qualidade é aplicável a todos os setores industriais, desde a construção à indústria alimentar e de bebidas, passando pela indústria automóvel ou logística de aeroportos. Não importa se são pequenos ou muito grandes: na SEW desenvolvemos sistemas de acionamento pioneiros para todas as indústrias e temos a solução adequada a si. Porque temos uma visão global.



RENAULT
PRO+

Renault KANGOO EXPRESS



A partir de:

9.980€ sem IVA*

Marque o seu ensaio **800 211 111**

4 anos
de manutenção
ou 80.000 km

Renault e Elf

renault.pt

*Oferta válida para Renault Kangoo Compact 1.5 dCi 75 Confort incluindo tapete. Válido para clientes empresa e empresários em nome individual até 29/12/2017 e limitado ao stock existente. Consumos em ciclo misto (l/100km) de 4,3 a 4,7 e emissões de CO₂ (g/km) de 112 a 136. Imagem não contratual.